

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGOCIOS**

**BIODIVERSIDADE E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA:
O CASO DOS PRODUTOS DO CERRADO**

AGNALDO MORAES DA SILVA

ORIENTADORA: ANA LÚCIA EDUARDO FARAH VALENTE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

PUBLICAÇÃO: 10/2008

**BRASÍLIA/DF
Fevereiro/2008**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

SILVA, A. M. Biodiversidade e Geração de Trabalho e Renda: O Caso dos Produtos do Cerrado. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2008,128 p. Dissertação de Mestrado

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado/tese de doutorado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Agnaldo Moraes

Biodiversidade e Geração de Trabalho e Renda: O Caso dos Produtos do Cerrado. / Agnaldo Moraes da Silva; orientação de Ana Lúcia Eduardo Farah Valente – Brasília, 2008

128 p.: il.

Dissertação de Mestrado (M) – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2008.

1. Desenvolvimento Regional 2. Economia Solidária 3. Agronegócio
4. Agroextrativismo. I. Valente, A. L. E. F. II. Biodiversidade e Geração de Trabalho e Renda: O Caso dos Produtos do Cerrado.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGOCIOS**

**BIODIVERSIDADE E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA:
O CASO DOS PRODUTOS DO CERRADO**

AGNALDO MORAES DA SILVA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA
AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGRONEGÓCIOS, COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE EM AGRONEGÓCIOS**

APROVADA POR:

**ANA LÚCIA EDUARDO FARAH VALENTE, Dra. (UnB)
(Orientadora)**

**PROF. DR. NEWTON NARCISO GOMES JUNIOR, Dr. (UnB)
(Examinador Interno)**

**PROF. DR. ARILSON DA SILVA FAVARETO, Dr. (UFABC)
(Examinador Externo)**

BRASÍLIA/DF, 27 DE FEVEREIRO DE 2008.

DEDICATÓRIA

Há momentos em nossas vidas que nos deparamos com obstáculos e dificuldades que julgamos intransponíveis. Nessas horas, somente acreditando na existência de uma força superior à nossa é que nos sentimos capazes de seguir em frente pelejando contra nossos moinhos de vento.

A minha força superior apresentou-se a mim por meio do amor e companheirismo de Maria Fernanda, que nunca faltou e sem os quais não saberia viver. Pelas lágrimas de Danilo que brotavam a cada ausência minha. No silêncio magoado de Caio beirando o estranhamento de quem não entende, só sente. E no respeito carinhoso de Alana ao meu distanciamento circunstancial.

Aos meus pais, dona Lailza e seu Agnaldo, e irmãos e irmãs que nos momentos difíceis dessa jornada dedicaram a mim o que lhes é mais precioso; a fé e suas orações.

Minha família, minha força superior.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é dirigido à minha orientadora Ana Lúcia Eduardo Farah Valente pela paciência e tolerância frente aos meus desatinos e instantes de insubordinação, mas acima de tudo por mostrar-me os caminhos que deveria seguir, não apenas para concluir esta dissertação, mas para continuar aprimorando a minha percepção do real em um contínuo desvelamento do olhar.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da UnB pela gentileza e carinho dedicados.

Aos amigos, amigas e parceiros da ECODATA, meu amigo Donizete Tokarski pelas oportunidades de conhecer e me apaixonar pelo Cerrado.

À Mirtes, ao Divino e ao Cirino e todo povo da APA Nascentes do Rio Vermelho.

À equipe da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério da Integração Nacional pelo apoio e incentivo que não me faltaram nos momentos em que conciliar trabalho e pesquisa parecia impossível.

Aos meus amigos que sempre acreditaram e estiveram ao meu lado durante todo o percurso, em especial à minha querida Valéria Oliveira.

Casa no Campo
Elis Regina

Composição: Zé Rodrix e Tavito

Eu quero uma casa no campo
Onde eu possa compor muitos rocks rurais
E tenha somente a certeza
Dos amigos do peito e nada mais
Eu quero uma casa no campo
Onde eu possa ficar no tamanho da paz
E tenha somente a certeza
Dos limites do corpo e nada mais
Eu quero carneiros e cabras pastando
solenes
No meu jardim
Eu quero o silêncio das línguas cansadas
Eu quero a esperança de óculos
Meu filho de cuca legal
Eu quero plantar e colher com a mão
A pimenta e o sal
Eu quero uma casa no campo
Do tamanho ideal, pau-a-pique e sapé
Onde eu possa plantar meus amigos
Meus discos e livros
E nada mais

SUMÁRIO

Capítulos/Sub-capítulos	Página
1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO E MÉTODO	6
2.1 UMA OUTRA ECONOMIA - A ECONOMIA SOLIDÁRIA	19
2.2 O AGROEXTRATIVISMO GÊNESE E EVOLUÇÃO	27
2.3 MULTIFUNCIONALIDADE E PLURIATIVIDADE NA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	35
2.4 MÉTODO	40
3. O CERRADO NO CONTEXTO DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA	53
4. O VÃO DO PARANÃ – UMA HISTÓRIA DE PASSAGENS E ESQUECIMENTOS	62
4.1 OS MUNICÍPIOS DE MAMBAÍ E DAMIANÓPOLIS – PANORAMA SÓCIOECONÔMICO	68
4.1.1 Mambaí – De mangaba e de baianos às margens do Riachão	71
4.1.2 Damianópolis, um cenário desolador	78
5. O CERRADO EM “PÉ” GERANDO TRABALHO E RENDA	83
6. O PAPEL DO CONSUMIDOR NA CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	96
CONCLUSÃO	104
REFERÊNCIAS	110
ANEXOS	117

LISTA DE TABELAS

Tabela	Página
CAPÍTULO 4	
Tabela 4.1 – Frutos do Cerrado do Nordeste de Goiás / Valores Nutricionais	70
Tabela 4.2 – Evolução do Emprego – Mambaí	76
Tabela 4.3 - Tipos de projetos e o número de famílias assentadas nos projetos de Reforma Agrária	77
Tabela 4.4 – Aspectos econômicos do município de Damianópolis	81
Tabela 4.5 – Evolução do emprego no município de Damianópolis	81
Tabela 4.6 – Taxa de mortalidade infantil	81
Tabela 4.7 – Taxa de alfabetização	82
Tabela 4.8 - Domicílios particulares permanentes / salário mínimo	82
CAPÍTULO 5	
Tabela 5.1 - Faturamento mensal e anual dos sócios da Associação dos Produtores e Beneficiadores de Frutos do Cerrado de Damianópolis - BENFRUC	86

Tabela 5.2 - Quantidade de produtos produzidos, valores e faturamento anual por ano desde a criação da BENFRUC – 2004 á 2005 e 2005 á 2006	89
Tabela 5.3 - Quantidade de produtos produzidos, valores e faturamento anual da BENFRUC - 2006 á 2007	90

LISTA DE FIGURAS

Figura	Página
CAPÍTULO 2	
Figura 2.1 - Teia dos valores e objetivos da economia solidária	26
Figura 2.1 - Mapa da Área de Estudo Municipal (AEM)	44
CAPÍTULO 3	
Figura 3.1 – Domínio do Cerrado	56
Figura 3.2 - Fitofisionomias do bioma Cerrado	57
CAPÍTULO 4	
Figura 4.1 – Área de Estudo Regional (AER) Paranaíba –Pirineus Municípios e suas microrregiões correspondentes	63

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia	Página
Fotografia 4.1 – Município de Mambaí/GO	72
Fotografia 4.2 – Carvoaria clandestina /Mambaí-GO	75
Fotografia 4.3 – Carvoaria clandestina /Mambaí-GO	75
Fotografia 4.4 - Município de Damianópolis/GO	80

BIODIVERSIDADE E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: O CASO DOS PRODUTOS DO CERRADO

RESUMO

O acelerado avanço do agronegócio convencional sobre as áreas do cerrado na região Centro-Oeste tem provocado um efeito devastador sobre o bioma. Sobretudo sobre as populações que o habitam que são possuidoras de saberes tradicionais vinculados às suas histórias. Correm o risco de desaparecerem em face da ausência de um modelo que de fato enfrente o discurso único da supremacia do agronegócio convencional em detrimento de outras formas de promoção do desenvolvimento regional. A experiência de aproveitamento sustentável dos recursos do bioma Cerrado no nordeste goiano, em particular nos municípios de Mambaí e Damianópolis, apresenta novas possibilidades de geração de ocupação e renda para muitas famílias. Estas estão identificadas com os princípios da economia solidária ou outras iniciativas econômicas, que atuam por dentro e por fora do mercado convencional, de forma coletiva e cooperada. O eixo norteador deste trabalho é o reconhecimento da existência de produtos que trazem valores outros que não os determinados pela lógica rentista do capitalismo. Esses valores são atributos territoriais que definem a configuração de uma nova ruralidade, comprometida com a preservação da biodiversidade, o fortalecimento de manifestações culturais e estilo de vida que os habitantes dos grandes centros almejam. O estudo se propõe como desafio o desvelamento deste valor substantivo, mas ignorado pelo mercado consumidor, procurando dar-lhe visibilidade e validação científica.

Palavras-chave: 1.Desenvolvimento Regional 2.Economia Solidária 3. Agronegócio 4. Agroextrativismo

BIODIVERSITY AND GENERATION OF WORK AND INCOME: THE CASE OF PRODUCTS OF THE CERRADO

ABSTRACT

The accelerated progress of the conventional agribusiness in areas of savannah from the Brazilian Midwest region has caused a devastator effect over the biome. In doing so, populations that inhabit such areas and are holders of traditional knowledge linked to their stories have also felt the harmful effects of the agribusiness. As a result, these populations are running a risk of disappearing in the face of the absence of a model that really confronts the rhetoric of the conventional agribusiness supremacy at the expense of other forms of regional development. The experience of making good use of resources and sustainable development in the Goiás northeast biome, particularly in the municipalities of Mambaí and Damianópolis, presents new opportunities for many families in employment and income generation. These opportunities are identified with the principles of the Solidary Economy as well of other economic initiatives which work inside and outside of the conventional market in a collective and cooperative way. The main guideline of this work is the recognition of the existence of products that bring values other than those determined by the logic of the capitalism. These values are territorial attributes that define the configuration of a new rural environment, which it is committed to the preservation of biodiversity, cultural strengthening and the lifestyle of the inhabitants of big cities. The study intents to challenge this substantive value that is constantly ignored by the consumer market, trying to give to it visibility and scientific validation.

Keywords: 1. Regional development 2. Solidary Economy 3. Agribusiness 4. Agri - extrativism.

1. INTRODUÇÃO

O destaque e repercussão dados ao processo de ocupação e exploração do Cerrado e suas conseqüências sobre o bioma, a cultura e a economia de toda região reforçam a idéia de que outras alternativas de desenvolvimento, além daquelas pautadas no binômio grãos e carnes, típicos do agronegócio convencional¹, e, mais recentemente, os agro-combustíveis, devem ser erigidas no Brasil Central. Estas alternativas podem induzir uma melhor distribuição da riqueza produzida e disponível nesta macrorregião e ao mesmo tempo garantir a preservação e valorização da sociobiodiversidade como traço marcante do bioma. Algumas delas, em andamento, podem, devem e, timidamente, estão comprometidas com a conservação e recuperação do bioma Cerrado, dando-lhe valor, visibilidade e viabilidade econômica. Mas, sobretudo, engajam-se numa atividade produtiva local com um caráter distributivo, fundamentalmente, cultivando o espírito de cooperação e solidariedade.

Este trabalho tem por objetivo estudar uma dessas experiências e/ou alternativas. Trata-se de analisar a experiência de aproveitamento dos frutos do Cerrado como alternativa de ocupação e renda das comunidades rurais nos municípios de Damianópolis e Mambaí, no nordeste do Estado de Goiás. São famílias que se inserem num quadro de incertezas de um cenário de crise

¹ O termo agronegócio deriva do conceito de agribusiness – “a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir deles” (Davis & Goldberg, 1957)

ambiental, gerada por um grau de desenvolvimento da produção material humana próprio de um tipo de relações de produção.

A partir do desvelamento da realidade dessas famílias, busca-se um valor do trabalho que transcenda a lógica mercantil e incorpore elementos de historicidade, cultura e solidariedade (VALENTE, 2005). E mais; um valor humanizado dos produtos resultantes do trabalho dessas comunidades, subordinando o preço monetarizado. Impõe-se esse movimento na medida em que, ao grau de degradação do ambiente físico, corresponde um processo de desconstrução e ocultamento de uma realidade pré-existente constituída de um conjunto de relações sociais e econômicas das populações nativas. Essas têm suas próprias histórias, códigos e valores e que devem ser contempladas por políticas públicas que respeitem e preservem as suas singularidades.

Além de proceder à identificação de aspectos que compõem o processo agroextrativista dessas famílias, o que se propõe é a avaliação da perspectiva de inserção dos produtos do Cerrado no mercado. Desse modo, assume relevância o comportamento do consumidor diante da possibilidade de remuneração direta dos atributos intangíveis - o ambiente, a conservação e recuperação do ecossistema, associados aos processos de construção de identidade em um marco territorial - incorporados aos produtos resultantes do trabalho dos agricultores. Estes são atributos que não são considerados na formação do preço final dos produtos. Dentre os consumidores, destaca-se o segmento gastronômico do mercado consumidor de Brasília. Notadamente os restaurantes que têm condições de moldar o gosto culinário da clientela com acesso a esses espaços de gastronomia, cujo perfil de classe pode permitir a

criação de um sistema em que seja pago um sobrepreço ou prêmio a determinados produtos. Em contrapartida, haveria a garantia de que esse valor seja voltado à promoção social desses agricultores familiares: um dos princípios do comércio justo e solidário e do Slow Food².

Foram objetivos específicos:

- Caracterizar a dimensão territorial, quanto seus aspectos histórico/geográficos, econômicos, sociais e culturais;
- Identificar os agentes econômicos, políticos e sociais localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem;
- Identificar produtos e/ou serviços realizados pelos grupos analisados que podem ser caracterizados e circunscritos à uma prática agroextrativista;
- Identificar as dificuldades e carências das comunidades envolvidas visando a elencagem de prioridades de políticas públicas e o fortalecimento do protagonismo local;
- Aferir a disposição de chefs e restauraners instalados em Brasília de utilizarem os produtos extraídos do bioma Cerrado e acrescentarem um sobrepreço ou prêmio a estes produtos com o compromisso de repassá-lo integralmente às famílias agroextrativistas;

² Trata-se de uma associação não lucrativa, nascida por entusiasmo de alguns ativistas em 1986, na Itália, dando posteriormente origem a um movimento internacional, fundado em Paris em 1989. Tudo começou como uma resposta ao efeito que o *fast food* tem na sociedade e nas nossas vidas, tendo como princípios ativos a defesa da biodiversidade, da gastronomia e das tradições do “fazer” alimentar.

As questões de pesquisa são: como são organizadas as atividades agroextrativistas dos agricultores familiares? Qual o comportamento do consumidor diante das especificidades desta atividade socioeconômica? Qual a sua disposição em remunerar, além do preço comercial, os produtos e serviços realizados pelos agricultores familiares?

Além desta introdução, o trabalho estrutura-se em seis capítulos. No segundo buscou-se conformar o arcabouço teórico, capaz de trazer à luz os elementos de suporte analítico e interpretativo para a compreensão do processo social e histórico que se pretende analisar. No terceiro capítulo é feita uma contextualização do bioma Cerrado, com um breve relato historiográfico da região, o processo de ocupação, transformação e suas características sociais, econômicas, culturais e ambientais. O capítulo seguinte é destinado à identificação e análise das contradições que permeiam, historicamente, o tecido social da região do Vão do Paranã, com ênfase na caracterização do território enquanto tal e a reprodução das contradições na dinâmica econômica regional. No quinto capítulo reside o cerne da pesquisa. Nele estão apresentadas as interpretações das informações colhidas tanto as de base primária, quanto as secundárias. Estas últimas municiam a análise sobre a viabilidade econômica de uma alternativa de promoção do desenvolvimento para o Cerrado. O sexto capítulo apreende o comportamento do consumidor, nesse caso representado por chefs e restauranthers do circuito gastronômico de Brasília, dando caráter de pesquisa aplicada ao presente estudo de caso. Afere-se a possibilidade de construção de uma rede de economia solidária na qual o papel do consumidor tem espaço de destaque, a partir da internalização

do valor oculto do trabalho e dos produtos oriundos de uma alternativa de produção capaz de orientar o consumo para um novo olhar sobre o mercado. Por fim, nas considerações finais, discorreremos sobre a importância de políticas públicas comprometidas com os princípios de cooperação e solidariedade. Nessa direção seriam capazes de organizar e apoiar a base produtiva estudada tendo como elemento teórico distintivo a idéia de desvelamento do valor tal qual referido no escopo do trabalho. Também se faz menção ao papel das instituições do terceiro setor, Institutos e Centros de Pesquisa que atuam neste segmento e desenvolvem ações que podem contribuir para o fortalecimento desta iniciativa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E MÉTODO

A construção do eixo epistemológico buscou, sem abrir brecha para a simplificação dogmática, constituir um conjunto sistemático, lógico e coerente capaz de fazer frente ao desafio intelectual de interpretar o caso em análise. Procura-se evitar, assim, o que Valente (2006) designou de “saladas teóricas” ou “ecletismo metodológico e prática eclética”.

Nosso olhar é dirigido para o Vão do Paranã, uma região que se constitui em última fronteira no Estado de Goiás. Ali estão reunidos aspectos de historicidade que reproduzem, em uma dimensão local e singular, o movimento sinuoso e mimético do paradigma universal capitalista. Buscamos identificar as pontes que aproximam essas duas dimensões, capazes de, também, identificar o rural e o urbano, numa perspectiva que pretende superar o dualismo que distingue fenômenos de uma mesma gênese. Alves (2003, p. 28) assim discorre sobre o tema:

[...] pois o singular é sempre uma forma de realização do universal. Logo, o singular refere-se, também, à escala adotada pelo pesquisador para realizar a abordagem da realidade humana: uma cidade, uma região, um país, um continente etc. O singular é manifestação, no espaço convencional, de como leis gerais do universal operam dando-lhes uma configuração específica. Universal e Singular, nessa perspectiva, são indissociáveis.

Muitas possibilidades de enquadramento teórico do objeto de estudo se apresentaram durante o processo de coleta de dados e adensamento

bibliográfico. A corrente neoclássica da teoria econômica, por exemplo, explica a motivação das pessoas para agir através do princípio da racionalidade, ou seja, pela maximização dos objetivos individuais, sujeitos a restrições, reduzindo a humanidade à condição de “homo oeconomicus”. A coordenação das ações e das escolhas é feita pela troca mercantil e mediada pelos preços.

Todavia, esses princípios de ação e de coordenação estão particularmente adaptados à explicação do funcionamento dos mercados em concorrência perfeita, isto é, quando estes não se encontram sujeitos às várias restrições, como a informação perfeita, a homogeneidade do produto (o que implica a construção prévia da qualidade dos mesmos) a não existência de externalidades, a livre mobilidade dos recursos, ao elevado número, homogeneidade e atonicidade de produtores e consumidores, etc. O objeto de análise deste estudo ultrapassa os limites da pura lógica mercantil e produtivista e embrenha-se pela seara epistemológica da racionalidade na gestão dos recursos naturais de forma equilibrada e com indicativos de resistência. Busca estabelecer um intervalo de intersecção entre o tratamento axiomático da economia com o mercado e a construção social das relações mercantis e das escolhas, que não se excluem como instrumentos para a apreensão dos processos de decisão humana, mas interagem e avançam na compreensão da totalidade.

Partimos, portanto, da premissa de que a gênese humana é histórica e que a atividade humana sofre transformações, até se constituir em trabalho alienado a partir da divisão do trabalho e da apropriação privada do seu produto, faces de uma mesma totalidade contraditória (LANCILLOTTI, 2003, p.

53). Perde o homem assim a sua centralidade, condição de sua consciência de ser, resumindo-se ao atendimento das necessidades de ter. Privado dos meios de produção, na condição de mercadoria (reificação)³, ao homem resta-lhe apenas a oferta de sua força de trabalho, uma vez que não pode mais alcançar, disponíveis na natureza, os meios para assegurar a sua subsistência (LANCILLOTTI, 2003, p. 54) .

As transformações que o mundo atravessa, respeitadas as controvérsias, impactam sobremaneira o mundo do trabalho na sociedade capitalista atual ao promoverem inovações nos processos produtivos e em sua gestão e o desenvolvimento de novas tecnologias, sob os auspícios da competitividade global. Segundo Lancillotti (2003, p,62), “as mudanças em curso expulsam dos processos produtivos um contingente humano de dimensões gigantescas e promovem maior exploração daqueles que se mantêm ocupados.”

Os dados acumulados demonstram que a demanda por trabalhadores diminui em todos setores da economia. A competição deflagrada pela Revolução Tecnológica, cujo principal subproduto é a aceleração dos processos de automação, determinou impactos sobre o mundo do trabalho cujo lado mais visível, além da ampliação dos níveis de desemprego, são relações de trabalho precárias e baixos salários.

³ A **reificação** configura-se como o processo pelo qual, nas sociedades industriais, o valor (do que quer que seja: pessoas, relações inter-humanas, objetos, instituições) vem apresentar-se à consciência dos homens como valor sobretudo econômico, *valor de troca*: tudo passa a contar, primariamente, como mercadoria. (...) O trabalho reificado não aparece por suas qualidades, trabalho concreto, mas como trabalho abstrato, trabalho para ser vendido. A sociedade que vive à custa desse mecanismo produz e reproduz, perpetua e apresenta relações sociais como relações *entre coisas*. O homem fica apagado, é mantido à sombra. Todo o tempo, fica prejudicada a consciência de que a relação entre mercadorias é, antes de tudo, uma relação que prevalece sobre a relação entre pessoas

Embora a globalização da economia mundial tenha se acelerado a partir de 1980, ela não é um fenômeno novo. Segundo o Banco Mundial, a primeira onda de globalização moderna ocorreu entre 1870 e 1914, com o aumento do fluxo internacional de capitais e mão-de-obra. A renda *per capita* mundial aumentou, com convergência entre os países globalizados, aumento da pobreza entre os excluídos e distanciamento destes em relação aos países desenvolvidos. A situação piorou entre as duas guerras mundiais com o protecionismo generalizando-se no estilo “empobreça o seu vizinho”: em 1940, a renda *per capita* mundial havia caído 1/3, com aumento da pobreza.

A segunda onda de globalização teria ocorrido entre 1950 e 1980, envolvendo a integração comercial dos países ricos (Europa, Estados Unidos, Canadá e Japão). Nesse período, os países exportadores de produtos primários teriam ficado isolados dos fluxos internacionais de capitais. Os países ricos obtiveram elevadas taxas de crescimento do produto e convergência da renda entre eles. No resto do mundo o número de pobres continuou a crescer, com pouca melhoria na distribuição de renda internamente e entre os países subdesenvolvidos.

A terceira onda de globalização, iniciada em 1980, foi estimulada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, pela invenção da Internet, bem como pela disposição dos diferentes países de reduzirem tarifas e de se abrirem ao comércio e aos investimentos internacionais (BANCO MUNDIAL ,2003).

Ocorre a partir deste novo arranjo institucional entre nações, uma sensível transformação no ambiente rural, que passa a integrar, segundo Ianni (1997, p.

53-54), a lógica urbano/industrial, que submete o campo às necessidades de empresas e conglomerados agroindustriais por meio da flexibilização e precarização das relações de produção. Ocorre ainda, segundo o autor, a redução ou mesmo a superação da contradição cidade-campo no sentido histórico, o que não implica no fim do rural ou no esvaziamento de sua importância histórica. Essa assertiva dialoga com Veiga (2005), que reafirma a atualidade da contradição urbano/rural, definindo uma tipologia de distinção desses espaços: a) a de regiões essencialmente urbanas, como é o caso das áreas metropolitanas ou protometropolitanas; b) a de regiões essencialmente rurais, quase sempre remotas, nas quais os ecossistemas originais foram preservados ou passam a ser conservados; e c) a de numerosas regiões intermediárias, ou ambivalentes, nas quais são extremamente heterogêneas as participações relativas de ecossistemas parcialmente alterados e ecossistemas dos mais artificializados, como são os casos das aglomerações, cidades, e mesmo certas vilas. A definição desses tipos concretos de “espaços lugares”, ainda mostra-se insuficiente para a clarificação das noções de urbano e rural, face a ocorrência de “espaços de fluxos”⁴, que aproximaram o rural e o urbano de tal forma que, nos últimos vinte anos ocorre um movimento de atração cada vez mais forte pelos espaços rurais nas sociedades mais desenvolvidas. Mas esse é um fenômeno novo, que pouco ou nada tem a ver com as relações que

⁴ (...) como a unidade é a rede, a arquitetura e a dinâmica de múltiplas redes são as fontes de significado e função para cada lugar. O espaço de fluxos resultante é uma nova forma de espaço, característica da Era da Informação, mas não é desprovida de lugar: conecta lugares por redes de computadores telecomunicadas e sistemas de transporte computadorizados. Redefine distâncias, mas não cancela a geografia. Novas configurações territoriais emergem de processos simultâneos de concentração, descentralização e conexão espaciais, incessantemente elaborados pela geometria variável dos fluxos de informação global (CASTELLS, 2003, p.170).

essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios. É uma atração que resulta basicamente do vertiginoso aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais. A cidade e o campo se casaram: enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza (VEIGA 2005, p. 11).

Veiga (2005, p. 11-12) aponta, também, duas grandes dimensões da globalização contemporânea que atuam de forma contraditória sobre os possíveis destinos das áreas rurais. A dimensão econômica – que envolve as cadeias produtivas, comércio e fluxos financeiros – age essencialmente no sentido de torná-las cada vez mais periféricas, ou marginais. Simultaneamente, a dimensão ambiental – que envolve tanto as bases das amenidades naturais, quanto fontes de energia e biodiversidade – age essencialmente no sentido de torná-las cada vez mais valiosas à qualidade da vida, ou ao bem-estar. Foi somente no período mais recente da globalização que o alcance das responsabilidades cívicas sobre as condições naturais do desenvolvimento humano passou a fazer parte da agenda das relações internacionais.

Ganha importância a ruralidade que define uma região ou território não devendo estar aprisionada pela finalidade da produção agropecuária. Graziano da Silva, Grossi e Campanhola (2002) apresentam uma nova tipologia para o rural composta por três grandes grupos de atividades: a) agropecuária moderna, com base em commodities e intimamente relacionada às agroindústrias; b) atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e c) “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados.

Além da agricultura familiar circunscrita aos critérios que buscaram caracterizá-la no bojo do estudo resultado do Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO - *Novo Retrato da Agricultura Familiar - O Brasil Redescoberto*, como unidades de produção que atendam, simultaneamente, às seguintes condições: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (BRASIL, 2000), outra categoria emerge do processo de avanço da fronteira agrícola, que em muitas das vezes compõe uma massa de expropriados pela monocultura, mas que permanecem entremeados no tecido social das comunidades rurais. Desprovidos da terra, passam a viver de pequenos serviços nessas próprias comunidades e se negam a migrar para os grandes centros urbanos, muitos dedicam-se ao que chamamos de agroextrativismo, como veremos no decorrer da apresentação dos resultados desta pesquisa. A dinamização de muitas áreas rurais por atividades que pouco ou nada têm a ver com a agropecuária faz com que se discuta intensamente as características e tendências do que tem sido chamado de “nova economia rural” (VEIGA, 2004). Exemplo marcante é a implantação dos

Parques Naturais Regionais⁵, na França, amparados pela noção de multifuncionalidade.

Remete-nos, essas noções, à importância da delimitação teórica do espaço e sua transmutação em território como categoria importante na análise das experiências de promoção do desenvolvimento sustentável. Segundo Rafesttin (1993, p.144), o território se caracteriza como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...].

Milton Santos (2002) também privilegia a ação transformadora do homem na sua relação com a natureza, conferindo à caracterização do território uma abordagem política. Nesse enfoque, o território passa a ser formado no desenrolar da História, com a apropriação humana de um conjunto natural pré-existente elevando o trabalho à categoria de análise importante para a compreensão do território.

Valoriza-se a definição conceitual de território na proporção em que é compreendido como arena de conflitos e manifestação do paradigma universal em escala singular, mas também como referência para a implementação de ações e políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento rural orientado

⁵ São 38 vastas extensões protegidas, mas abertas, habitadas, negociadas e autogeridas, que se tornaram símbolos da reconquista de ecossistemas antes desprezados. Repousam sobre um arranjo institucional bem curioso, que remonta a 1967, quando começaram a ser delimitadas reservas próximas das grandes aglomerações. O primeiro diploma legal promulgado pelo general de Gaulle visava a criação de “pulmões verdes para cidades novas”. A prática social se encarregou de inverter as escolhas políticas: os PNR ajudaram a criar muitos empregos, fazendo com que uma legislação bem mais apropriada surgisse em 1993. Trata-se de “construir juntos um território no qual tenhamos vontade de viver”, dizem seus atuais coordenadores. VEIGA (1999)

pelo fortalecimento do protagonismo local. Sen⁶ (apud Abramovay, 2002, p.114) relaciona desenvolvimento com o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas, caminharem no sentido da emancipação por meio de uma visão positiva de liberdade.

O território assume no processo de construção de uma política de desenvolvimento rural uma dimensão que extrapola os limites da divisão político-administrativa do Estado e a visão puramente econômica, incorporando elementos que consideram outras características definidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2005, p.8):

Primeiro, porque o rural não se resume ao agrícola. Mais do que um setor econômico, o que define as áreas rurais enquanto tal são suas características espaciais: o menor grau de artificialização do ambiente quando comparado com áreas urbanas, a menor densidade populacional, o maior peso dos fatores naturais. Segundo, porque a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa. Terceiro, porque na última década e meia tem se acentuado o movimento de descentralização das políticas públicas, com a atribuição de competências e atribuições aos espaços locais. Por fim, em quarto lugar, o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade

⁶ Amartya Sen, economista indiano, laureado com o Prêmio Nobel de Economia, em 1998, pela sua contribuição para a teoria da decisão social, e do "welfare state". Sua maior contribuição é mostrar que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, como também segurança, liberdade, habitação e cultura.

entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

Algumas análises sinalizam, também, a importância de atributos territoriais que definem a ruralidade como um valor, na preservação da biodiversidade, no fortalecimento de manifestações culturais e estilo de vida que os habitantes dos grandes centros almejam. A promoção do desenvolvimento local implica na construção de vínculos que estimulem a coesão comunitária interna e potencializem a relação com atores sociais externos. Para isto, é fundamental compreender que:

(...) territórios não são ilhas, pois se situam em meio a um contexto nacional e internacional que possui uma dinâmica social, econômica, cultural, política, ou de outra natureza, que é sistêmica e que influencia, impressiona e delimita os espaços de ação dos agentes (SCHNEIDER, 2003, p. 14).

Schneider identifica seis formas de interação entre os territórios rurais e o meio externo. A primeira e mais tradicional que é o abastecimento de produtos agrícolas e matérias-primas; a necessidade de reflexão sobre as relações rural-urbano ou campo-cidade em uma perspectiva de rurbanização (visão evolucionista em que o destino do rural é o urbano); a cada vez mais aplicada pluriatividade das unidades familiares; as novas relações entre produtores e consumidores pelos vieses da segurança alimentar e da sustentabilidade; a revalorização do ambiente rural pela sociedade urbana e por último a comunicação globalizada (SCHNEIDER, 2003, p. 18). Dentro destas formas identificadas, que segundo Schneider poderiam ultrapassar as seis listadas, o

escopo deste trabalho privilegia o comportamento do consumidor como fator relevante de transformação na consciência de consumo. Essa é a condição para o acesso da produção obtida a partir da exploração sustentável dos recursos naturais como alternativa de desenvolvimento de comunidades rurais.

O desenvolvimento sustentável passou a compor definitivamente a pauta dos temas considerados essenciais na “aldeia global” a partir de 1987, quando foi publicado o documento “Nosso Futuro Comum” também denominado “Relatório Brundtland”⁷. Esse relatório incluiu discussões sobre perda da biodiversidade, valoração econômica dos recursos naturais, índices de poluição e seus impactos além das fronteiras nacionais, diminuição da camada de ozônio, e contaminação do meio ambiente.

O relatório Brundtland consolida uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e mimetizado pelas nações em desenvolvimento, ressaltando a incompatibilidade entre os padrões de produção e consumo vigentes nos primeiros e o uso racional dos recursos naturais e a capacidade de suporte dos ecossistemas. Conceitua como sustentável o modelo de desenvolvimento que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. A partir de sua publicação, o “Nosso Futuro Comum” tornou-se referência mundial para a elaboração de estratégias e políticas de desenvolvimento eco-compatíveis. (NOVAES, 2003)

Logo, o desafio da sustentabilidade supera o seu berço, assentado na Biologia e passa a permear transversalmente a produção acadêmico-científica

⁷ Elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas e presidida por Gro Brundtland, primeira ministra da Noruega

nos mais variados ramos da produção do conhecimento, agregando-se ao tema desenvolvimento e definindo o marco diferencial com a idéia de crescimento econômico. A diferença é que o crescimento não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça sociais, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas (PNB per capita), que se faz nas mãos apenas de alguns indivíduos da população. O desenvolvimento, por sua vez, preocupa-se com a geração de riquezas sim, mas tem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta (VEIGA, 2006).

Dentro desse contexto, a questão do uso sustentável do Bioma Cerrado passa a assumir, a partir da década de 1990, uma importância central nos debates da sociedade civil e política. Ganha especial projeção entre as organizações ligadas ao setor produtivo agropecuário, ambientalistas e ao poder público, face ao acelerado processo de ocupação do bioma pelo agronegócio de commodities e seus reflexos na qualidade de vida da humanidade e, até, sobre sua própria existência. Aquecimento global, segurança alimentar e responsabilidade social assumem, conseqüentemente, papel de destaque nos debates e discussões que ultrapassam os limites -, muitas vezes hermético e específico - das academias e instituições congêneres e invadem lares, bares, escolas, teatros e qualquer lugar em que haja calor, frio, chuva, seca e demais fenômenos resultantes do ciclo natural da vida.

Mais do que temas para diálogo de idéias e percepções, as questões atinentes ao comportamento do ser humano e suas organizações nas relações

com a sociedade e o meio ambiente sugerem a existência de uma unidade na diversidade. Permitem a compreensão do surgimento de novos olhares e pensares sobre os paradigmas e modelos explicativos e interpretativos das relações humanas. Anunciam um novo movimento social que se organiza em um espaço de contradições históricas, tendo como liga a crítica à agenda política e econômica da “globalização neoliberal”. Esta identificada com a produção/amplificação da injustiça social, degradação ambiental, guerras, opressão de identidades, silenciamento de culturas e cerceamento da participação democrática. Sendo que, no ambiente rural, o traço distintivo e simbólico de sua presença é a economia de comodities, herdeira consuetudinária do latifúndio monocultor.

Este novo movimento social propugna que

para além da globalização neoliberal do capitalismo que só aceita as regras que ele próprio impõe, há uma globalização alternativa, a globalização de um desenvolvimento democraticamente sustentável, das solidariedades e das cidadanias, de uma prática ecológica que não destrua o planeta, e de uma sociedade global que só aceite o comércio livre enquanto comércio justo (SANTOS, 2001).

Na perspectiva de fomentar as relações com atores externos, ganha relevância a compreensão do comportamento de consumo e outros comportamentos que envolvem escolhas como construções sociais, com um forte componente de classe social. Para Seymour (2005, p. 3) essas assertivas são balizadas no conceito de *habitus* de Bourdieu concebido como princípio mediador, princípio de correspondência entre as práticas individuais e as condições sociais de existência, asseverando que escolhas, práticas, inclusive

o paladar são ações associadas à posição ocupada por indivíduos na sociedade. Como destaca Setton (2002, p, 64), *habitus* é um instrumento conceptual que auxilia a apreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e/ou indivíduos, produtos de uma mesma trajetória social que pode contribuir para a mudança nos padrões de consumo do mercado introduzindo princípios e valores de solidariedade entre campo e cidade.

2.1 UMA OUTRA ECONOMIA - A ECONOMIA SOLIDÁRIA

As experiências de aproveitamento sustentável dos recursos naturais da megabiodiversidade brasileira têm se manifestado como alternativa realizável de geração de trabalho e renda para as populações rurais. No campo popular, é reação à crise do trabalho “formal” assalariado e ao processo de exclusão ou integração vertical dos pequenos agricultores familiares ao sistema agroindustrial concentrador hegemônico no meio rural. São diversos ramos de pequenos empreendimentos populares, como cooperativas de trabalho e produção, associações de trabalhadores, empresas familiares de autogestão, entre outras, que constituem o que se vem denominando como economia solidária com o propósito de construção de uma sustentabilidade organizada em rede.

Para uma melhor compreensão do significado dessas ações de resistência à cultura da ditadura do mercado, é importante saber, que a economia solidária, como alternativa à lógica do capital, surge em meados do

século XIX, na Inglaterra, berço do capitalismo industrial. Surge em um período de salto tecnológico dos meios de produção, como forma de resistência à pobreza e ao desemprego resultantes das mudanças proporcionadas pela introdução de novas máquinas e da substituição da força humana e/ou animal pelo motor a vapor de combustão externa (LAFORGA, 2005, p. 13). O desenho aplicado para a organização coletiva dos operários foi o cooperativismo, que representou uma tentativa de recuperação do trabalho em toda sua dimensão e de autonomia econômica, pautados pelos princípios da igualdade e da democracia de nítida inspiração socialista (SINGER, 2006, p.24/38).

Segundo Singer (2005), a empresa solidária ao negar a separação entre trabalho e posse dos meios de produção é concebida em bases que, portanto, antagoniza com o pilar do capitalismo

A empresa capitalista pertence aos investidores, aos que forneceram o dinheiro para adquirir os meios de produção e é por isso que sua única finalidade é dar lucro a eles, o maior lucro possível em relação ao capital investido. O poder de mando, na empresa capitalista, está concentrado totalmente (ao menos em termos ideais) nas mãos dos capitalistas ou dos gerentes por eles contratados (SINGER, 2005, p.4)

Recorrendo à história das sociedades e de suas relações registramos a presença de valores e regras extra-econômicas, cuja instituição não se deu a partir de um relação prévia com a produção da vida material como as sociedades clânicas de laços de parentesco, sociedades étnicas ou comunitárias e o sistema feudal assentado em obrigações de vassalagem e servidão. Ainda hoje relações sociais com estas características sobrevivem sob o manto do capitalismo que tem a peculiaridade de se amoldar a diferentes

contextos culturais e a diferentes regimes políticos submetendo-os às suas diretivas gerando a impressão de que essas formas não existem ou são menos importantes (GAIGER, 2005, p. 4). Daí a sensação de que fora dele nada existe e, se existe, é como obstáculo à lógica e a inevitabilidade da economia de mercado.

A despeito da complexidade para uma formatação conceitual e metodológica da economia solidária, há, segundo Gaiger (2003), uma convergência quanto ao caráter alternativo das novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica: dada a ruptura que introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral. Levando a concluir estarmos diante da germinação de uma nova “forma social de produção”, cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista confirmando a afirmação anteriormente feita sobre a presença de relações sociais atípicas, no interior do capitalismo.

O modelo societário da empresa solidária é concebido de forma a fundir capital e trabalho, pois o capital investido pertence a quem nela trabalha exclusivamente, não havendo propriedade individual, muito menos gestão personalizada. Ainda resta pendente uma melhor caracterização dos empreendimentos solidários, mas há um certo consenso na definição de cinco atributos que as definem como organizações: a) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc; b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos

meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e; e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (BRASIL, MTE, 2006).

A título de ilustração da contradição dos elementos fundantes da economia solidária com o modo de produção capitalista recorreremos às premissas do pensamento marxista que descreve o nascimento do capitalismo a partir da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força-de trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção; a mais-valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção, cabendo à circulação garantir a realização do lucro e a reposição ampliada do capital (GAIGER, 2003, p. 22).

A viabilidade e o crescimento dos empreendimentos solidários são decisivos para que se pense a economia solidária como alternativa real ao capitalismo e se possa falar de outra economia (CATTANI, 2003). Os dados apresentados pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES no Relatório 2005/2007, indicam uma perspectiva positiva para o desempenho econômico dos empreendimentos solidários cadastrados junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Dos 21.859 empreendimentos cadastrados 15.105 declararam obter faturamento mensal o que totalizou a soma de R\$ 653.029.449,45.

Espera-se que na empresa solidária inexista a figura do patrão explícita ou tacitamente, pois sendo a gestão coletiva a definição de obrigações e responsabilidades na execução das tarefas e na gestão é acordada nas instâncias de decisão compostas pelos trabalhadores sócios. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho. Pauta-se pelo princípio da democracia nas relações sociais de produção, buscando sublevar a condição do trabalho em relação ao capital, subjetivar as ações do trabalho, sem ressalvas de gênero, valorizar o trabalho familiar e a inclusão de outros setores excluídos da sociedade. Seus resultados são socializados numa inversão da lógica capitalista, ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica que conduz ao desenvolvimento sustentável (SINGER, 2006, p.7/11).

Singer (2006) afirma que o modelo de gestão dos empreendimentos solidários baseia-se, na maioria dos casos, nos princípios do cooperativismo⁸ onde o lucro como remuneração do capital é substituído por um excedente anual - chamado “sobras” nas cooperativas – que tem a sua destinação decidida pelos trabalhadores. Em regra destina-se ao reinvestimento na própria organização, na valorização das cotas dos sócios, na promoção social de seus associados e do público em geral (educação, saúde, cultura, etc.) e, eventualmente, à repartição entre os sócios por critérios aprovados por eles. Portanto, o capital da empresa solidária não é remunerado sob qualquer pretexto e, por isso, não há “lucro”, pois este é tanto jurídica como economicamente o rendimento proporcionado pelo investimento de capital.

Existem vários tipos de cooperativas que se distinguem pela natureza de seus associados e/ou atividades desenvolvidas, sendo as mais comuns as de produção, consumo e crédito, podendo existir ainda as cooperativas mistas, ou seja, dois ou mais tipos de atividades sendo executados pela mesma organização. A cooperativa de produção é a modalidade básica da economia solidária e as relações sociais de produção que a definem são as delineadas acima.

Outra é a cooperativa de comercialização, composta por produtores autônomos, individuais ou familiares (camponeses, taxistas, profissionais liberais, artesãos, etc.) que fazem suas compras em comum e, quando cabe,

⁸ Adesão livre e voluntária; gestão democrática e livre; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre as cooperativas e preocupação com a comunidade. Salienta-se que ao movimento de economia solidária soma-se a proposta de um “cooperativismo popular” que se diferencia de outras experiências de organização sócio-econômica cooperativista fundamentalmente pela situação de exclusão vivenciada por seus associados, assim como a predominância de um modelo de gestão democrático e participativo, mais voltado para o bem comum do que para o lucro.

também suas vendas. Sendo a produção individual, o ganho também o é. Poderia-se afirmar que essa postura é absolutamente capitalista. Que seja, mas a sociedade de hoje que convive com a hegemonia da economia capitalista e com a gênese de um novo tipo de economia é herdeira de deficiências educacionais e tem que lidar com comportamentos individuais formados em contextos autoritários, preconceituosos e burocráticos, cuja cultura predominante está fundamentada na subordinação. Certamente, isso contribui para a afirmação de que a busca pela competição para sobrevivência na economia capitalista leva necessariamente a reproduzir a lógica da subordinação ao capital. Na verdade se tratam fundamentalmente de movimentos sociais de resistência à economia capitalista que é hegemônica mas que se encontra em crise.

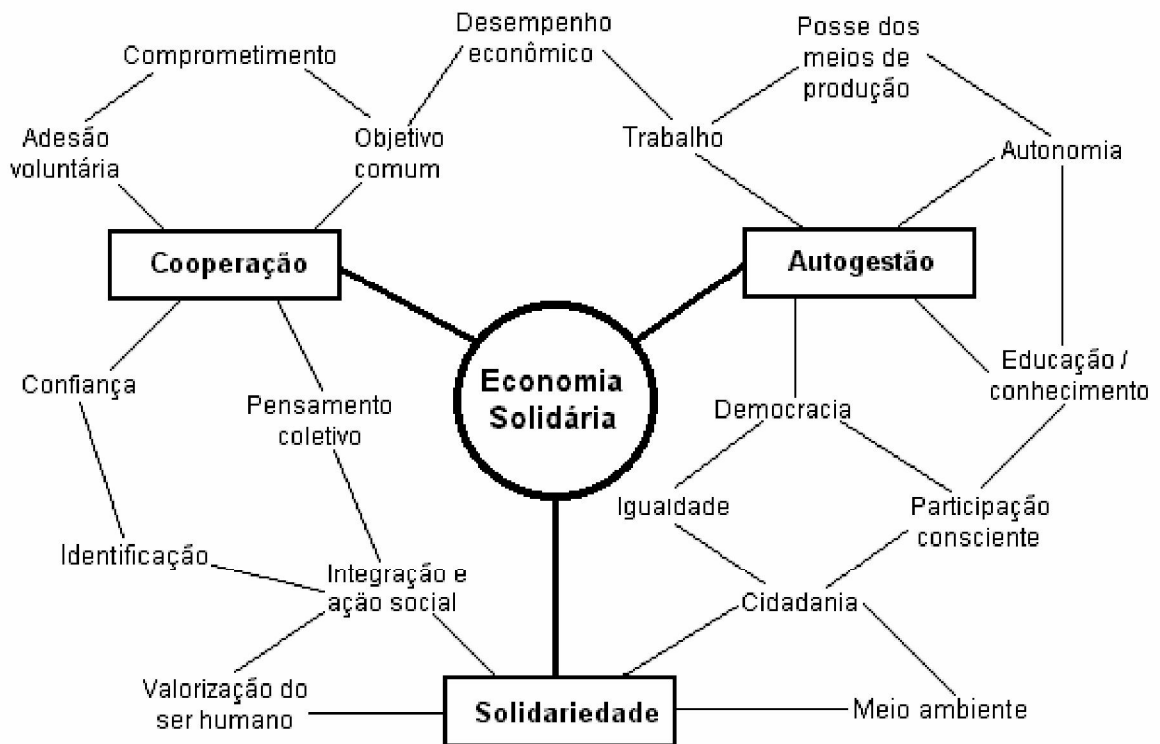
As sobras das operações comerciais são em geral distribuídas entre os cooperadores em proporção ao montante comprado e vendido por cada um através da cooperativa. Já a cooperativa de consumo tem como finalidade proporcionar a máxima satisfação ao menor custo para os cooperadores.

Há também as cooperativas de crédito, que são empresas de intermediação financeira possuídas pelos depositantes. E somente podem ser consideradas solidárias quando não houver em seus quadros trabalhadores que não sejam associados. A finalidade desse tipo de cooperativa tem caráter de prestação de serviços a clientes que ao mesmo tempo são sócios.

As empresas solidárias tendem a se articularem ou constituírem redes, formando associações locais, regionais, nacionais e internacionais. O que impulsiona esta tendência é o mesmo conjunto de fatores que produz a

centralização dos capitais em grandes empresas multinacionais e conglomerados: os ganhos de escala que permitem reduzir custos; a necessidade de juntar recursos para desenvolver nova tecnologia e difundir a melhor tecnologia, além de outros empreendimentos de alto custo e alto risco (SINGER, 2001).

Figura 2.1 - Teia dos valores e objetivos da economia solidária



Fonte: Congresso de Pós-Graduação, 4., 2007, São Carlos. Anais de Eventos da UFSCar, v. 3, p. 1723, 2007

Uma economia solidária exige, além do desenvolvimento de sua base material, um alto grau de conscientização e motivação por parte de sua população movida por princípios éticos e valores de compaixão e solidariedade. Ao rejeitarmos os axiomas deterministas do progresso técnico, de raça, religião ou cultura, afirmamos a centralidade das decisões humanas coletivas – “os homens fazem sua história” (MARX,1980) na reconstrução de

nosso mundo que se inclina perigosamente para a barbárie. A experiência histórica e as tendências atuais da evolução social ensinam que os caminhos da economia e sociedade solidárias não seguem por trilhas de revolução ou golpes de Estado, mas crescem e se desenvolvem paralelamente, nas entranhas do próprio sistema capitalista que cada vez mais revela sua natureza desumana e irracional e, portanto, sua incompatibilidade com os destinos da humanidade (SINGER, 2001).

Por ser solidária essa “outra economia” opõe-se radicalmente ao sistema de competição, não podendo ser um produto do autoritarismo, de uma administração de uma só via, de cima para baixo, que torne a população objeto passivo. Ela exige a participação de todos, para se tornarem cidadãos e, assim, sujeitos do processo histórico.

Foi em consequência da insustentabilidade e barbárie presentes no atual sistema de mercado que surgiram inúmeras experiências de reestruturação, inclusive no Brasil, que hoje envolvem milhões de pessoas e valores monetários consideráveis. Em oposição ao desenvolvimento capitalista – que prioriza a competição, a acumulação e a busca de lucros sem limites – verifica-se uma forte ênfase na justiça social, na auto-realização e na proteção e conservação dos recursos do meio ambiente.

2.2 O AGROEXTRATIVISMO - GÊNESE E EVOLUÇÃO

A produção acadêmico-científica sobre o tema do agroextrativismo ainda não se apresentou de forma expressiva. Também não se consolidou em conteúdo curricular que merecesse tratamento de destaque nas instituições

responsáveis pela produção intelectual e pela disseminação do conhecimento teórico e técnico acerca desta modalidade de atividade econômica que vem a cada dia ocupando lugar de destaque no contexto das práticas sustentáveis de desenvolvimento.

O reconhecimento da existência de outras formas de atividades econômicas no meio rural não necessariamente agrícolas é o ponto de partida para a discussão da prática agroextrativista. Embutido nessa idéia, o subtema sustentabilidade também está envolto por um emaranhado de debates que acabou por gerar categorias conceituais de sustentabilidade. Uma das formulações adequada à ação agroextrativista é a formulada por Stephen Yarley (1996). O autor distingue a existência no âmbito dos usos dos recursos naturais uma sustentabilidade ecológica e uma sustentabilidade ambiental. A primeira aplica-se ao momento ótimo de um ecossistema natural, onde os fluxos de entrada e saída de matéria e energia se equivalem a longo prazo, formatando a maturidade do sistema, de forma natural e espontânea. A sustentabilidade ambiental, parte do mesmo princípio, com a distinção de haver um antropismo através da gestão dos recursos naturais, na produção de balanços energéticos que equilibram artificialmente o sistema, contrabalançando os estoques de energia e matéria que são utilizados como matéria prima na esfera produtiva humana.

A sustentabilidade ecológica relaciona-se no plano das políticas públicas com o sistema de unidades de conservação de caráter integral assim definidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e regulamentado pelo

Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. São as seguintes unidades de conservação de proteção integral, definidas pelo artigo 8º da Lei referida, *in verbis*:

Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Estação Ecológica;

II - Reserva Biológica;

III - Parque Nacional;

IV - Monumento Natural;

V - Refúgio de Vida Silvestre.

Essa distinção mostra-se importante para o entendimento do agroextrativismo, na medida que o concebemos como uma ação do homem na natureza com o propósito de produção das condições materiais para sua sobrevivência.

Recorrendo a Nogueira e Fleischer (2005, p.129) temos que:

Agroextrativismo é uma categoria derivada do movimento social amazônico e da luta pela defesa das populações extrativistas e de seu acesso aos recursos da floresta, especialmente os seringueiros, a partir da década de 1970, diante da ameaça do avanço da fronteira agropecuária sobre a região. O foco, antes restrito às práticas de coleta de produtos naturais, notadamente os não-madeireiros para fins medicinais, alimentares e comerciais (como o caso do látex), pouco a pouco, abre-se para uma concepção mais abrangente de extrativismo, como um sistema familiar de produção, incluindo atividades de cultivo e criação de animais.

O agroextrativismo tem seu gérmen de criação na esteira do movimento social protagonizado pelos extrativistas amazônicos depois identificados como

“povos da floresta”. Foi na luta dos seringueiros do Acre, liderados por Chico Mendes, posteriormente elevado à condição de ícone da mística⁹ que orienta os “povos da floresta”, que surge o movimento que concilia a atividade econômica no campo com o uso racional dos recursos naturais que tem como marca uma ação coletiva, permeada pelas contradições e conflitos de classes, que representam projetos, perspectivas e interesses antagônicos.

E é no Acre, que vemos surgir projetos que têm o agroextrativismo como ferramenta de transformação da realidade social, possibilitando a inclusão e resgate da dignidade de famílias expropriadas dos meios de sobrevivência na floresta e no campo.

Criado pela Portaria do INCRA n.º 627 de 30.07.1987, o PAE, originalmente chamado Projeto de Assentamento Extrativista, estrutura-se de forma tal que viabiliza a exploração dos recursos naturais pelos seringueiros, principais demandantes dessa forma peculiar de assentamento (ACRE. 2000, p.37)

Em 1996, através da Portaria n.º 268 de 23.10.96, sua denominação se altera para Projeto de Assentamento Agroextrativista. Em Portaria imediatamente posterior, ele é conceituado como uma modalidade de assentamento destinada às populações tradicionais para a exploração de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis. Suas áreas, de domínio público, devem ser

⁹ Múltiplos elementos que conjugam-se, desde os ideais modernos de igualdade, direito e cidadania até os sentidos religiosos da terra, da solidariedade e da defesa da vida, passando pela crença política na importância da disciplina e da organização e pelos valores morais de lealdade, firmeza e coragem. Sentimentos e crenças são acionados pelo grupo reunido em torno de símbolos comuns e na ação conjunta em busca dos mesmos fins.

administradas pelas populações assentadas, que recebem concessão de direito de uso (ACRE. 2000, p.37).

O mais ambicioso programa de reforma agrária do governo do Estado do Acre baseia-se no desenvolvimento agroflorestal voltado para famílias pobres de migrantes expulsas da floresta e do campo por diferentes razões. Além de objetivar a reorganização de centenas de famílias que migraram do meio rural para as cidades, a meta maior do programa Pólos Agroflorestais tem sido a organização da produção em sistemas ecológica e economicamente viáveis que ofereçam garantia de alimentos em quantidade e de qualidade satisfatórias, ajudem a reduzir a pobreza, reaproveitem as terras em processo de abandono ou degradação e estabeleçam uma nova ordem agrária baseada no valor produtivo, social e ambiental da terra (ACRE. 2001).

Desse ponto de vista, vivemos atualmente no Brasil, um consenso entre os segmentos populares do setor primário, de que o modelo atual herdado da Revolução Verde não serve aos interesses e perspectivas desse movimento. São esses segmentos que articulam uma nova relação urbano/rural e criam uma conjuntura favorável para a construção de uma alternativa de organização socioeconômica, técnica, fundiária e ambiental do mundo rural, protagonizada pelos próprios agricultores, agricultoras e agroextrativistas.

Nota-se um intenso processo social de construção e experimentação de alternativas essencialmente endógenas a partir do local, das práticas concretas. Envolvem intensas e diversificadas formas e processos organizativos da agricultura familiar e do agroextrativismo, e contam com

parcerias com o setor da pesquisa, do ensino e com instituições do Estado nos três níveis federativos.

Formatam-se novos arranjos institucionais de base territorial. Essas experiências estão longe de serem hegemônicas. São localizadas, dispersas entre si, mas perseguem e se organizam em redes e articulações regionais. Apesar da diversidade dos atores sociais coletivos e dos contextos socioambientais nos quais se organizam essas experiências, há unidades sendo construídas entre elas e desafios comuns sendo enfrentados, e isso cimenta o que podemos chamar de “campo agroecológico”.¹⁰

Recentemente, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), especificamente na Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), incorporou-se às orientações estratégicas da pasta a Agroecologia, com a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção. Esse campo do conhecimento em estruturação procura captar a ocorrência de um movimento nas sociedades de reorientação do consumo na direção da co-responsabilização entre produtor e consumidor. Na apresentação do programa essa proposta foi bem identificada pelo então Secretário Nacional da Agricultura Familiar, Valter Bianchini:

A sociedade brasileira vive um momento histórico marcado por um crescente processo de ecologização e de conscientização com respeito ao imperativo sócio-ambiental que deve orientar o desenvolvimento rural. Este processo determina a necessidade de mudanças nas políticas públicas de maneira que sejam incorporados instrumentos

¹⁰ Síntese da exposição feita no Painel “A Transição para a Agroecologia, no ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2002

capazes de reorientar as práticas produtivas e os estilos de agricultura, de pecuária, de pesca e de aqüicultura hoje dominantes. O ideal da sustentabilidade, presente na Agenda 21 Brasileira e nas exigências da nossa sociedade, requer estratégias que levem a estilos de desenvolvimento que sejam orientados à construção de processos produtivos ambientalmente sustentáveis, economicamente rentáveis, socialmente incluídos e eqüitativos e culturalmente aceitáveis. Tais processos devem fortalecer a segurança alimentar e nutricional da nossa população e, portanto, assegurar a produção de alimentos saudáveis, de melhor qualidade biológica, e livres de qualquer contaminação (BRASIL, 2005).

A adoção de práticas agroextrativistas em ambientes rurais vem assumindo relevância na implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Também tem servido como dinamizadora das pequenas cidades e estimulado famílias que abdicaram de sua condição camponesa a voltarem a desenvolver a atividade agrícola, agora consorciada com o que podemos chamar de “neoextrativismo¹¹”, como começa a ocorrer nos municípios onde se concentrou esta pesquisa.

Partindo das experiências difundidas na Amazônia pelos “povos da floresta”, começam a surgir com considerável intensidade outras experiências de norte a sul do país. Com uma forma ainda não definida uniformemente, mas

¹¹ Neoextrativismo é conceito que se refere à totalidade social, a todas as instâncias e manifestações da vida social, o econômico, o político e o cultural. Em sua dimensão exclusivamente econômica, é extrativismo de tipo novo, que empreende um salto de qualidade no sentido de incorporar um determinado progresso técnico, integrando novas alternativas extrativas *stricto sensu*, explorações de cultivo, de criação e de beneficiamento da produção.

que aponta para um caminho de racionalidade no uso dos recursos naturais de íntima identidade com o propósito do desenvolvimento sustentável.

O caso da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA, é um bom modelo de organização agroextrativista. Liderada por trabalhadores rurais e mulheres quebradeiras de coco babaçu, promove a produção familiar, utilizando e preservando os babaçuais, para a melhoria da qualidade de vida no campo. Com esse sistema de produção, chamado "agroextrativismo", as famílias pretendem construir um mercado solidário, onde os preços dos produtos sejam definidos levando em conta a valorização da cultura de quem produz, e da preservação do meio ambiente.

Um estudo sobre esse modo de intervenção do homem na natureza como meio de produção das condições materiais para sua existência, inserido no meio rural historicamente marcado pela pobreza de sua populações é adequado para a aplicação do que Valente (2005, p. 67) nomeou de “desvelamento de valor”:

Sem dúvida a estratégia de agregação de valor aos produtos é compatível às atividades dos agricultores que têm acesso à inovação técnica e têm capacidade de mobilizar recursos e conhecimento para isso. Mas não se pode pretender que agricultores pouco capitalizados façam o mesmo, inclusive porque essa estratégia tem se mostrado ineficaz. No caso desse segmento, antes de tudo, é preciso valorizar o processo de trabalho concreto, como produtor de valores de uso, como manifestação de cultura. Nesse caso não se trata de acrescentar valor, como indicam aquelas expressões de uso corrente no agronegócio. Trata-se de *desvelar valor*. Revelar o trabalho e a cultura, a ação e reflexão humana no processo

de produção de sua existência. Nessa perspectiva, nas atividades não agrícola e nas novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercado, tendo por referência a importância que atividades preservadas pela tradição cultural têm assumindo como atividades econômicas, é preciso que seja promovido o *desvelamento de valor* desses produtos: tirar o véu e dar a conhecer a história e a cultura daqueles que os produziram, em sua dimensão singular e universal.

A estreita identidade que foi se construindo entre a noção de agroextrativismo como atividade própria de unidades agrícolas familiares instaladas em um marco territorial e comunidades tradicionais, *a priori* não tem considerado que parte significativa dos agricultores familiares é advinda de processos históricos de luta pela terra. Migrantes, trabalhadores rurais, desempregados, bóias-frias ou expropriados dos meios de produção que objetivam e sonham com o retorno ao campo. Esta reflexão mostra-se relevante ao vermos políticas públicas que adotam essa prática como mecanismo auxiliar de fixação do homem à terra e de reforma agrária. O caso do Programa de Pólos Agroflorestais implantado no Acre e já citado neste texto é um bom exemplo, pois “baseia-se no desenvolvimento agroflorestal voltado para famílias pobres de migrantes expulsas da floresta e do campo por diferentes razões (ACRE, 2000)”.

2.3 MULTIFUNCIONALIDADE E PLURIATIVIDADE NA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A noção de multifuncionalidade caminha lado a lado com a importância recente dada às políticas de desenvolvimento territorial rural sob a égide da

sustentabilidade no uso dos recursos naturais. O assunto adquire dimensão global quando apresentado, em 1999, na Terceira Conferência da Organização Mundial do Comércio – OMC, em Seattle.

Mas foi em 1992 que o termo ‘multifuncionalidade’ insere-se no programa de atividades da Agenda 21, apresentado na ECO-RIO 92 - Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento¹². Posteriormente, a Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação, em 1996, propuseram, “as políticas e métodos participativos e duráveis do desenvolvimento alimentar, agrícola, pesca, florestal e rural (...) considerando o caráter multifuncional da agricultura”¹³.

A multifuncionalidade coloca-se associada a medidas de apoio ao pequeno produtor rural tido como sem importância para a lógica mercantil, cuja ênfase no caráter produtivista relegou a um segundo plano outros papéis desempenhados pela agricultura familiar além do de prover a sociedade de bens econômicos primários. A preservação do meio-ambiente, a manutenção do patrimônio cultural do campo, a geração de empregos, a configuração do território como identidade social são elos essenciais na relação da agricultura familiar com a sociedade (CARNEIRO; MALUF, 2005, p.43).

Observa-se que as noções de pluriatividade e multifuncionalidade econômica aplicadas ao ambiente rural trazem a possibilidade real de trabalho

¹² O capítulo 14 do texto propõe: “Revisão, planejamento e programação integrada da política agrícola, à luz do aspecto multifuncional da agricultura, em especial no que diz respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável” Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global>>.

¹³ Disponível em: <<http://www.fao.org/documents>>

e renda para as comunidades construtoras do território, adicionada ao fortalecimento dos laços de identidade social presentes na idéia de preservação e valorização do patrimônio natural e histórico-cultural.

Segundo Schneider (2003), a pluriatividade caracteriza-se pela multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas, realizadas por um ou mais membros. É o fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. A pluriatividade resulta da interação entre os indivíduos e as famílias e o contexto social e econômico em que estão inseridas.

Remete-nos o debate aos resultados de vários estudos no âmbito do Projeto Rurbano¹⁴ que indicam claramente as transformações do meio rural e das suas relações com o urbano. Carneiro (1998) distingue o “Novo Rural” em dois conjuntos de fenômenos: a) o rural não mais se define pelo agrícola, mas pela ‘pluriatividade’; b) a valorização de um novo modo ou estilo de vida, pautado por novos valores advindos do ambientalismo e da demanda por lazer, que tem valorizado positivamente o mundo rural.

Também afirma que a noção de pluriatividade como fenômeno específico e a utilização do termo pluriativo não define uma nova categoria

¹⁴ A partir da divulgação pelo IBGE dos microdados das PNADs de 1992, tornou-se possível realizar uma nova caracterização da população residente no meio rural brasileiro e do paulista em particular. O objetivo geral deste projeto de pesquisa temático tem sido justamente este: reconstruir as séries históricas para o período de 1992/99, a partir dos dados originais das PNADs relativos as pessoas ocupadas e suas famílias. Para melhor conhecer o projeto acesse: www.eco.unicamp.br/nea/rurbano

social no meio rural. São várias as possibilidades de associação da atividade não-agrícola no interior da unidade familiar agrícola, que acaba contribuindo para uma diversidade de significados que esse tipo de combinação poderá assumir na reprodução social e, conseqüentemente, na posição de cada unidade familiar na estrutura social da agricultura. A pluriatividade, portanto, não seria um fato positivo, um tipo, e sim uma noção de um processo social plural, que leva ao reconhecimento da existência de processos pluriativos incorporadores de atividades não-agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar.

As duas noções encontra-se no cerne do debate e formulação de políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural no Brasil. O desenvolvimento rural, nestes termos, pode ser definido como processo que resulta das ações articuladas que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. O desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial (SCHNEIDER, 2004).

Kageyama (2001, p.556) explica o conceito de pluriatividade da seguinte forma:

O fenômeno da redução do peso das atividades agrícolas no emprego e na renda das pessoas, famílias e regiões rurais, dando lugar aos empregos múltiplos e fontes de renda diversificadas, tem sido referido na literatura, às vezes sem muita distinção, como pluriatividade ou como agricultura (e agricultores) de tempo parcial.

No entanto, segundo Valente (2006), os estudos realizados no Brasil tratam as noções dos fenômenos “ora como sinônimas, ora como complementares”. Ainda, segundo a autora, um diferencial pode ser destacado. Ao adotar-se o viés funcionalista para a multifuncionalidade, “a noção não cria expectativa para a apreensão de um “novo movimento no rural”, mas de algo que reitera dados empíricos há muito observados e a mesma e conhecida lógica social”. Não há, portanto, um consenso acerca do instrumental teórico que sustenta os argumentos dos estudos que buscam compreender e aplicar a noção. Quanto aos estudos sobre a noção de pluriatividade, Valente (2006) aponta que “é reconhecível a coerência com a tradição marxista, ao reafirmar-se a centralidade da categoria trabalho para compreensão do capitalismo como organização histórica não superada.”

Wilkinson (2000) defende que a multifuncionalidade da propriedade agrícola, deve ser estimulada como complemento à pluriatividade do produtor rural e cujo eixo natural seria a agricultura familiar.

Considerando a crítica ao ecletismo metodológico cunhada por Valente (2006) percebemos que, a despeito da hegemonia de uma abordagem economicista, a aplicação das noções de multifuncionalidade e pluriatividade no meio rural tem se constituído como estratégia para o desenvolvimento rural, nitidamente orientada para o atendimento de novas demandas do mercado.

Sob este enfoque que enfatiza a existência de nichos de mercado resultantes do surgimento de um novo perfil de consumo, que tende a valorizar a qualidade, a segurança alimentar e a gestão dos recursos naturais, Valceschini e Nicolas (1995) consideram a existência de três níveis de

representação da qualidade. O primeiro diz respeito à representação do produto, sendo a qualidade identificada pelo recurso a sinais distintivos, como a marca ou outras denominações. Um outro nível diz respeito às características intrínsecas do produto. É o domínio dos critérios e especificações tecnológicas. Finalmente, o nível de qualidade ligado à satisfação das necessidades dos utilizadores, sejam elas explícitas ou potenciais.

A atividade extrativista ou agroextrativista realizada por famílias em comunidades rurais pobres reúne elementos de análise que se orientam por uma prática pluriativa e multifuncional, sem que, no entanto, os atores sociais envolvidos tenham ciência disso. Como sugere Valente (2006-B); “a noção de multifuncionalidade pode ser capaz de propiciar o diálogo dos que já viram e daqueles que ainda não souberam ver o sujeito construtor da realidade contraditória: adjetivação que indica, ‘para além’ do ato de ver, *como se vê.*”

2.4 MÉTODO

A pesquisa, geralmente, é um trabalho em processo não totalmente controlável ou previsível. A escolha da metodologia a ser adotada implica derivativamente em uma opção conceitual e teórica que servirá de bússola durante o trajeto do trabalho e na qual o pesquisador deve amparar suas hipóteses, argumentos e conclusões. Mas deve-se estar preparado para as imprevisibilidades, que muitas vezes, implicam em um reinventar do percurso. Precisamos, então, não somente de regras e sim de muita criatividade e

imaginação. Mas, sobretudo, bom-senso acadêmico que o domínio da teoria permite.

Para que fosse possível a construção da metodologia mais adequada ao objeto de análise da presente pesquisa e o refinamento dos objetivos, foi necessário que houvesse uma exposição do trabalho ao público com o intuito de refletir sobre as críticas e incorporar o que se mostrou relevante. Essa dinâmica reproduziu, em parte, a compreensão manifestada por Garvey (1979) um autor clássico da área de Sociologia da Ciência, que incluiu no processo de Comunicação Científica as atividades associadas com a produção, disseminação e uso da informação, desde a hora em que o cientista teve a idéia da pesquisa até o momento em que os resultados de seu trabalho são aceitos como parte integrante do conhecimento científico.

O sistema de comunicação na ciência, estudado por Garvey, apresenta dois tipos de canais de comunicação dotados de diferentes funções. O canal informal de comunicação, que representa a parte do processo invisível ao público, está caracterizado por contatos pessoais, conversas telefônicas, correspondências, cartas, pré-prints e assemelhados. O canal formal, que é a parte visível (pública) do sistema de comunicação científica está representado pela informação publicada em forma de artigos de periódicos, livros, comunicações escritas em encontros científicos, etc.

Atualmente não se discute a importância do papel da internet, das listas de discussão que representam um canal informal de uma capilaridade imensurável. Os grupos de discussão e as comunidades virtuais possibilitam o compartilhamento dos saberes em rede. Pessoas que possuem interesses

comuns discutem, trocam informações por meio de um processo comunicacional instantâneo, ágil e, portanto, sem barreiras de tempo e espaço. A internet amplia as possibilidades de troca de informação na medida em que permite ao pesquisador compartilhar e interagir coletiva e globalmente.

O debate sobre a preservação e o uso sustentável do bioma Cerrado incorporou-se ao cotidiano da pesquisa. Muitas informações apresentadas ao longo do texto foram resultados de diálogos com especialistas e defensores da causa “cerradina”. Foram estabelecidos contatos com pesquisadores da EMBRAPA envolvidos no projeto CMBBC como a Prof^a. Semirâmis Pedrosa de Almeida, as Doutoradas Fabiana de Góis Aquino; Sueli Matiko Sano e Patrícia Gonçalves de Carvalho e o Prof. Dr. José Felipe Ribeiro. Além disso, foram construídas relações com organizações ambientalistas com atuação no Cerrado como a Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação –ECODATA, Fundação Pró-Natureza – FUNATURA, Instituto Sociedade População e Natureza – ISPN, Rede Cerrado, entre outras. Pode-se, também, conhecer alunos e ex-alunos de pós-graduação na UnB que trabalham ou trabalharam com temas relacionados ao uso do Cerrado e saber tradicional. Não implica subversão metodológica a utilização desse recurso de comunicação e acesso à informação.

Adotado o procedimento de comunicação científica para esse trabalho, algumas dúvidas e outras certezas se evidenciaram e acabaram contribuindo para a montagem do roteiro metodológico que guiou os passos da pesquisa.

A primeira definição foi quanto aos limites de abordagem, pois a temática envolvendo agricultura familiar, agroextrativismo, economia solidária e

desenvolvimento sustentável permite a abertura de um prisma de possibilidades de análise, que circunscrever o objeto de pesquisa torna-se vital para o seu êxito.

Optou-se pela técnica de estudo de caso, referenciado nos esforços realizados por instituições de pesquisa como a Embrapa Cerrado, por meio do projeto Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado/CMBBC e a própria Universidade de Brasília, que juntos a outros organismos e organizações buscam promover a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais do bioma Cerrado, garantindo o desenvolvimento social e econômico sustentável.

Para tanto, o projeto CMBBC tem como Área de Estudo Regional (AER) a região geográfica do nordeste de Goiás denominada Paranã-Pirineus. Esta área inclui 34 municípios, com um total de 67.556 Km² e 709.891 habitantes (IBGE, Censo Demográfico 2000). Ao longo do ano de 2002 foi elaborada uma caracterização socioeconômica dos municípios da AER utilizando dados dos últimos censos do IBGE (Censo Demográfico 1991, 2000 e Contagem da População 1996), o Censo Agropecuário 1995-1996, e levantamentos específicos de dados primários junto aos municípios da AER e que serão apresentados no desenvolvimento argumentativo deste trabalho. Com base neste diagnóstico foi selecionada como Área de Estudo Municipal (AEM), sete municípios do Vão do Paranã: Buritinópolis, Damianópolis, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambai, Posse e Simolandia (Figura 2.2). O projeto possui ainda Áreas de Estudos de Caso (AEC) que se concentram em três comunidades selecionadas: Povoado Extrema localizado no município de Simolandia,

Agrovila Mambaí, em Mambaí e Assentamento Belo Horizonte, em Guarani de Goiás.(CMBBC/CPAC/EMBRAPA, 2005)

A área definida como *loci* deste trabalho, os municípios de Damianópolis/GO e Mambaí/GO ocupam respectivamente a 2.958ª e 3.810ª posições entre os 5.507 municípios brasileiros ranqueados no Atlas de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas – O.N.U. (PNUD, 2000). Esta escolha teve como motivação, especificamente, a possibilidade de analisar o papel desempenhado pela Associação de Produtores e Beneficiadores de Frutos do Cerrado de Damianópolis/GO – BENFRUC junto às comunidades rurais dos municípios elencados.

Figura 2.2 - Mapa da Área de Estudo Municipal (AEM)



Fonte: Mapas: (Miriam Rodrigues da Silva - Geógrafa - Bolsista - INATEC/DFID/CMBBC)

Para o desenvolvimento de uma pesquisa, cujo tema revela em si uma imprescindível postura multi e transdisciplinar, a perfeita indicação do método ou percurso a ser seguido deve considerar a polaridade que existe, de acordo com Morin (2000), entre o **mundo das certezas**, modelos, sistemas e verdades inexoráveis, herdado da tradição (fundado na concepção cartesiano-newtoniana, racionalmente explicável por leis naturais, simples e imutáveis), e o **mundo das incertezas**, gerado pelo nosso tempo de transformações complexas onde espaço e tempo guardam entre si os elementos de complexidade e consciência dos homens acerca das transformações e do lugar que cabe a cada um de nós no novo universo. A complexidade do novo mundo em processo é, pois, a nova perspectiva, através da qual o novo conhecimento deve ser procurado.

Há uma inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas e, por outro lado, realidades e problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários. A hiperespecialização impede de ver o global (que ela fragmenta em parcelas), bem como o essencial (que ela dilui). O retalhamento das disciplinas (no Ensino) torna impossível apreender "o que é tecido junto", isto é, o complexo, segundo o sentido original do termo (MORIN, 2000).

A pesquisa orientou-se pelas técnicas e procedimentos usuais da pesquisa social de campo: análise documental, observações, entrevistas, história oral e história de vida. As informações obtidas foram apreendidas e

processadas sob um olhar atento às contradições e mudanças das relações sociais identificadas.

O olhar representa o primeiro contato com o outro que o pesquisador se propõe a investigar. Momento em que o sentimento de estranhamento¹⁵ invade o espírito do observador, que se incauto ou desprevenido, torna-se presa fácil dos preconceitos etnocêntricos e dos desvios intelectuais movidos pela falsa certeza de superioridade. Não se trata de tarefa fácil se circunscrita a um mero olhar de quem passa, mas tratando-se de uma ação para apreender cognitivamente uma dada realidade deve o observador recorrer às faculdades de ouvir e escrever, que, segundo Oliveira (2000), constituem a tríade epistêmica com que se constrói o saber nas ciências sociais

Como se trata de pesquisa em comunidades rurais realizada por um indivíduo urbano, investigar por dentro, ou seja, do ponto de vista do investigado, compreendendo suas relações com o meio biótico, seu cotidiano, seu passado e seus anseios, adere a metodologia à abordagem antropológica na pesquisa de campo, que se torna fundamental para que a sensação de estranhamento seja de fato superada. Essa interação com o viver rural das comunidades pesquisadas permite alimentar-se dessa realidade e identificar suas necessidades.

¹⁵ Estranhamento aqui é tomado na sua acepção usual, que se expressa pela idéia geral que indica afastamento, distanciamento e obstáculo à comunicação. Aurélio Buarque de Holanda, no dicionário ao qual empresta seu nome, lhe atribui um conjunto de significados convergentes que reforçam essa idéia geral. Entre outros significados do verbo estranhar, são listados: “achar extraordinário, oposto aos costumes, ao hábito, achar diferente do que seria natural esperar-se, causar espanto; achar censurável; não se conformar com; não se familiarizar com; tratar com esquivança, com descortesia; manifestar timidez em presença de, ou repulsão a; esquivar-se; afastar-se e desavir-se, entrando em luta”.(ALVES, 2003, p. 20)

Entretanto, viabilizar o atendimento de suas demandas requer um processo de envolvimento mais militante, comportamento que pode contaminar a capacidade crítica na análise dos resultados. Tanto quanto o olhar, a capacidade de ouvir do pesquisador se sujeita aos “vícios de seletividade”. Participa dos mesmos preconceitos, posto que está preparado para eliminar todas as informações que fujam do escopo pré-determinado da disciplina acadêmica ou que lhe sejam difíceis de compreender.

Recorrer às entrevistas previamente estruturadas dirigidas aos indivíduos do universo pesquisado, pode garantir o acesso a dados preliminarmente tidos como importantes. Mas, sem dúvida, em um ambiente social em que a localização das pessoas se dá menos pelos nomes das ruas ou logradouros e muito mais pelo nome, sobrenome ou laços de parentesco das pessoas, as informações mais preciosas ocorrem num “dedinho-de-prosa”. Nessa informalidade de coleta de informações, o *modus vivendi* das comunidades aparece de uma forma aparentemente mais sincera.

Concluindo que o olhar e o ouvir são ferramentas para o pesquisador abstrair a realidade empírica, resta ao ato de escrever a tarefa muitas vezes árdua de racionalizar sistemática e teoricamente a experiência vivida. E é nesse momento no recôndito de seu escritório, sala ou gabinete, emoldurado pelo ambiente secular e universal da academia que o pesquisador exerce o seu mister. Segundo Clifford Geertz (1989), realiza a tradução ou interpretação da realidade estudada escorado nas categorias ou conceitos básicos constitutivos da disciplina que professa.

Além disso, foram incorporados elementos de pesquisa de natureza aplicada, que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos envolvendo verdades e interesses locais, haja vista as possibilidades de serem formuladas alternativas que superem o quadro de estagnação social que se manifesta na região objeto dessa análise.

Para melhor conhecimento das comunidades extrativistas foi aplicado aos responsáveis pelas setenta e quatro (74) famílias extrativistas e agrofamiliares, um questionário (ANEXO A) que gerou informações sobre suas condições de vida, origem e perspectivas de futuro. Foram solicitadas informações referentes: aos membros da família (sexo, idade, escolaridade e principal atividade); às condições de moradia; ao fornecimento de água; ao destino dos dejetos humanos; ao destino do lixo domiciliar; à produção agropecuária; a mão-de-obra; à renda; aos recursos naturais do Cerrado existentes na região; a utilização de plantas medicinais; à organização social e sua opinião sobre educação, saúde, transporte estradas e lazer nas comunidades onde residem.

Inicialmente optou-se pelo estabelecimento de canais de interlocução com as comunidades envolvidas na pesquisa. Para isso foram realizadas reuniões com lideranças locais (ANEXO B), como a chefia da Área de Proteção Ambiental Nascentes do Rio Vermelho, sra. Maria Mirtes Machado Lopes, cujas informações fornecidas foram fundamentais para o entendimento da dinâmica da relação comunidades / bioma Cerrado, o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Mambaí, sr. Emílio Manuel Calvo, a direção da Central de Associações de Mini e Pequenos Produtores da APA Rio Vermelho –

CAMPRIO, representada pelos srs. José Ferreira Cirino – Presidente e Divino Messias Ribeiro – Diretor, que facilitaram a ambientação junto às comunidades estudadas e a sra. Geovanda de Souza Brandão e seu marido o sr. João Justino Paes representando a Associação dos Produtores e Beneficiadores de Frutos do Cerrado de Damianópolis – BENFRUC.

Também foram ouvidos, por meio de reuniões, os representantes do poder público municipal, Câmara de Vereadores e Prefeitura, que mostraram grande interesse na pesquisa, garantindo o apoio necessário para sua realização.

Superada essa etapa foram realizadas incursões nos ambientes sociais e bióticos, em cada município, para reconhecimento das áreas, em conjunto com as comunidades locais por meio de caminhadas interpretativas e caminhadas transversais¹⁶. As várias reuniões e incursões no campo ocorreram no período de outubro de 2006 a novembro de 2007, sendo que de maio a agosto de 2007 foram realizadas visitas as comunidades para entrevistas, caminhadas e aplicação dos questionários.

Como suporte na coleta de informações sobre o tema e estreitamento de relações com pessoas e instituições envolvidas diretamente na questão do uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado, a participação em eventos temáticos foi utilizada, dos quais destacamos o projeto da Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação –

¹⁶ As caminhadas interpretativas e transversais são momentos privilegiados de estudo da paisagem, de reflexão sobre a degradação ambiental e dos recursos de produção. São realizadas de forma coletiva quando é possível identificar o grau de consciência e conhecimento dos participantes em relação ao bioma.

ECODATA em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, denominado “Agroextrativismo no Cerrado – Construindo Metodologia Participativa de Capacitação”, nos dias 30 e 31/05/07 e a feira Biofach América Latina e ExpoSustentat¹⁷ ocorrida entre os dias 16 e 18 de outubro de 2007, em São Paulo, especificamente na Sala Nordeste & Cerrado.

A expectativa de que a realização de um diagnóstico amplamente discutido com a sociedade permitiria conhecer a realidade local e, que, sobretudo, criaria condições de empoderamento da população para resgatar a cidadania, auto-estima e sentimento de identidade que aos poucos se desfaz devido às dificuldades diversas que enfrentam qualquer região do interior do país foi parcialmente atingida.

O processo participativo é sem dúvida, apesar de mais trabalhoso e oneroso, capaz de registrar com detalhes as riquezas locais, as dificuldades e fraquezas dos setores, as ameaças e oportunidades sob a ótica dos verdadeiros atores do processo, e, mais ainda, ao mesmo tempo que diagnostica, cria condições endógenas de propor soluções ou buscá-las.

Para a construção do diálogo entre as duas pontas da “cadeia produtiva” em análise, ou seja, produtor e consumidor, utilizamos o recurso de entrevistas com *chefs* e *restauranteurs* do circuito gastronômico de Brasília, com o propósito de aferir a receptividade do mercado para produtos dessa natureza. Para esse grupo foram formuladas algumas questões abertas focadas na reação e comportamento dos entrevistados diante da pergunta central proposta

¹⁷ A BioFach América Latina é a edição latino-americana da BioFach, maior feira internacional de produtos orgânicos e cosméticos naturais. A ExpoSustentat, feira de negócios de bens e serviços sustentáveis, ocorre paralelamente à BioFach América Latina, permitindo a sinergia ideal de visitantes e expositores, todos parceiros da “Economia Verde”.

para os “representantes do mercado”; qual seja: se eles teriam a disposição de utilizarem os produtos extraídos do bioma Cerrado e acrescentarem um sobrepreço ou prêmio a esses produtos com o compromisso de repassá-lo integralmente às famílias agroextrativistas. Foram entrevistados cinco empresários que juntos representam quatorze empreendimentos ligados ao setor da gastronomia local, com destaque para o sr. Jorge Ferreira, proprietário dos bares e restaurantes Feitiço Mineiro, Gordeixo’s, Armazém do Ferreira, Bar Brasil, Café do Brasil, Bar Brasília, Monumental e o mais recente Armazém Municipal.

O eixo norteador da abordagem a essa categoria de consumidor segue as premissas do conceito de *habitus* de Bourdieu na perspectiva da construção social do gosto. Por essa trilha, Zerbini, Barciotte e Pistelli (2003), ao tratarem de comércio ético e solidário, sugerem que:

No caso das relações de consumo, os dois lados, consumidor e fornecedor/produtor, ensejam, em cada ato, uma troca constante de ações e reações, de perguntas e respostas. Nenhum desses lados caminha sozinho. A resposta de um provém da pergunta do outro. A dúvida de um deriva da falta de transparência do outro. A capacidade crítica e as escolhas de um ditam as regras e as diretrizes para o outro.

As relações de consumo, porém, mesmo dentro desse sentido de troca, não estão se desenvolvendo de forma equilibrada e igualitária, principalmente nas últimas décadas. O sistema econômico vigente, com algumas de suas conseqüências (má distribuição de renda, concorrência, velocidade, descartabilidade, manipulação, dominantes e dominados, oferta, oferta e oferta...), entronizou o consumo como o caminho mais fácil para a felicidade.

Nesta etapa do trabalho a questão central foi avaliar em que medida os “formadores do gosto” para o mercado seriam sensíveis à proposta de construção de uma relação de consumo solidária e consciente do valor do trabalho extrativista no Cerrado realizado pelas comunidades estudadas.

Tratando-se de um estudo de caso que objetiva aferir a viabilidade do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado como alternativa de trabalho e renda aplicada em comunidades rurais, espera-se que possa refletir na forma de políticas públicas para a promoção do “desenvolvimento rural sustentável”.

3. O CERRADO NO CONTEXTO DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA

Não há ali porém, louvado seja, os rigores da seca em céus do Norte. As nuvens vão beber no farto *divortium aquarum* dos grandes rios que alimentam simultaneamente as bacias do Amazonas, Prata e São Francisco, elementos abundantes para o próximo ressurgimento da terra; e a miséria do solo resulta antes da incúria do homem, que atea fogo às derrubadas para a fertilidade da lavoura e destas, quase sempre, transpõe as divisas da roça e vai floresta adentro avançando a sua obra de assolação, transpondo levadas e ribeirões, escalonando serras de extremo a extremo do sertão, espreado-se sem obstáculo pelas extensas ondulações das campinas fecundas, e só parando quando o tropeço dum grande rio ou o encontro com outra queimada lhe roube elemento onde saciar a sua fome implacável de extermínio. Rodopia e morre então em torno de si mesmo, quando não cinge uma vítima, caça ou rês dos arredores, no redemoinho trágico (RAMOS, 1917)

Em uma área de 8,5 milhões km², ocupando quase a metade da América do Sul, o Brasil destaca-se pela variedade e magnitude dos seus biomas. A maior floresta tropical úmida (Floresta Amazônica), com mais de 30 mil espécies vegetais, e a maior planície inundável (o Pantanal) do mundo se encontram nesses biomas, além do Cerrado (savanas e bosques), da Caatinga (florestas semi-áridas) e da Mata Atlântica (floresta tropical pluvial). Emergem dessa variedade a flora e a fauna brasileiras que constituem uma verdadeira megabiodiversidade com mais de 20% do número total de espécies do planeta. Essa riqueza potencial já representa para o país, em forma de uso direto, 45% do PIB (agroindústria, florestas e pescado), 31% das exportações, 30% da

matriz energética, além de constituir um campo aberto para os avanços da biotecnologia (BRASIL, MMA, 1998).

A megabiodiversidade brasileira possui espécies exclusivas (endêmicas) e diversas espécies de plantas de importância econômica mundial são originárias do Brasil, destacando-se dentre elas o abacaxi, o amendoim, a castanha do Brasil (também conhecida como castanha do Pará), a mandioca, o caju e a carnaúba.

Apesar da riqueza de espécies nativas, a maior parte de nossas atividades econômicas está baseada em espécies exóticas. Nossa agricultura está baseada na cana-de-açúcar proveniente da Nova Guiné, no café da Etiópia, no arroz das Filipinas, na soja e na laranja da China, no cacau do México e no trigo da Ásia Menor. A silvicultura nacional depende de eucaliptos da Austrália e de pinheiros da América Central. A pecuária depende de bovinos da Índia, de eqüinos da Ásia Central e de capins Africanos. A piscicultura depende de carpas da China e de tilápias da África Oriental, e a apicultura está baseada em variedades da abelha-europa provenientes da Europa e da África Tropical (BRASIL, MMA, 1998).

Por outro lado, várias espécies nativas daqui fazem fama no exterior, como a seringueira, que foi introduzida na Malásia, o amendoim, a castanha-do-brasil, o guaraná, o abacaxi e o caju. Essa contradição ocorre porque o modelo de desenvolvimento implantado está voltado para a produção daqueles produtos e não para os de origem nativa, que não têm mercado mundial tão amplo (BRASIL, MMA, 1998).

Segundo Pires (1999, p. 155-173) “infelizmente nossa biodiversidade não está sendo usada para ajudar nossa economia”. O que está havendo é a sua retirada para a produção de espécies exóticas. Não se questiona o benefício trazido pela introdução de espécies exóticas para a economia nacional, mas o que está ocorrendo é a eliminação da biodiversidade presente em solo nacional, sobretudo em regiões como o Cerrado.

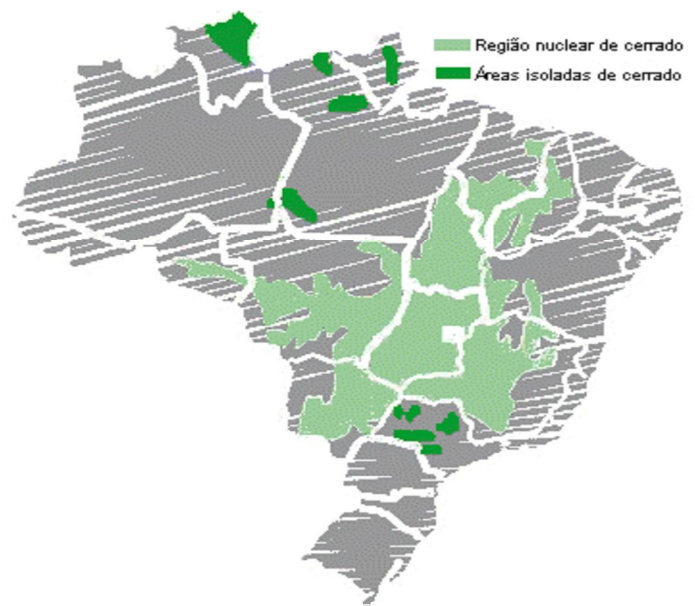
O Brasil como signatário da Convenção da Diversidade Biológica - CDB¹⁸ tem procurado adotar medidas que viabilizem o cumprimento dos princípios estabelecidos para a elaboração de políticas públicas ligadas a biodiversidade, uma vez que é um país detentor de megadiversidade e ao mesmo tempo com elevada taxa de desmatamento. Estas podem ser apropriadas em países com características semelhantes, especialmente do Terceiro Mundo, onde se concentra a maior parte da biodiversidade. A formulação e implementação de políticas públicas para a sustentabilidade do uso e da gestão dos recursos naturais deve ser tratada como prioridade pelas esferas (Federal, Estadual e Municipal) do poder público (BRASIL, MMA, 1998; AMARAL *et al.*, 1999).

O bioma Cerrado ocupa 22% do território nacional com ocorrência em 15 estados e o Distrito Federal em uma área total de aproximadamente 220 milhões de hectares (Figura 3.1) dos quais estima-se que mais de 50% já foram devastados.

¹⁸ Essa convenção é um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD (Rio 92), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. É um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio-ambiente e funciona como um guarda-chuva legal/político para diversas convenções e acordos ambientais mais específicos.

Estimativas apontam mais de 6.000 espécies de árvores e 800 espécies de aves, além de grande variedade de peixes e outras formas de vida. O grau de endemismo da biota do Cerrado é significativo: calcula-se que 40% das plantas lenhosas e 50% das suas espécies de abelhas são endêmicas, isto é, só ocorrem no Cerrado brasileiro. Além disso, pouco se conhece sobre a distribuição das espécies dentro do bioma, embora esforços importantes de pesquisa tenham sido iniciados na década de 1980. Devido a esta excepcional riqueza biológica, o Cerrado, ao lado da Mata Atlântica, é considerado um dos *hotspots* mundiais, isto é, um dos biomas mais ricos e ameaçados do planeta (BRASIL, MMA, 1998).

Figura 3.1 – Domínio do Cerrado



Fonte: EMBRAPA/CPAC

Além de ocupar lugar de destaque em função de sua ampla extensão e de ser um mosaico de fitofisionomias (Figura 3.2) cuja biodiversidade representa 5% da biodiversidade do planeta, o Cerrado pode ser considerado o guardião das águas do Brasil ¹⁹(que detém 12% de toda água doce do planeta) e portador de uma magnífica riqueza cultural formada por quilombolas, indígenas, geraizeiros e agroextrativistas todos ameaçados pela chegada de grandes projetos intensivos em capital.

Figura 3.2. Fitofisionomias do bioma Cerrado



Fonte: Ribeiro & Walter (2001).

O processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro tem como principal referência o programa de governo engendrado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo²⁰. Lançado em 1940, durante os festejos de inauguração da cidade de Goiânia, tinha como diretriz a promoção da interiorização do Brasil por meio de um modelo de colonização que atraía trabalhadores empobrecidos do Nordeste e de Minas Gerais. Em Goiás esse modelo foi representado pela

¹⁹ As bacias dos rios São Francisco, Tocantins/Araguaia e Paraná nascem e se desenvolvem no Cerrado tendo também a presença de partes importantes das bacias Amazônica, do Atlântico Norte-Nordeste e Atlântico Sudeste, além dos imensos aquíferos aqui encontrados, entre eles o Aquífero Guarani

²⁰ Período da história republicana brasileira de 1937 a 1945, durante o qual o país foi governado autoritariamente por Getúlio Vargas, com forte influência do nazi-fascismo europeu.

Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), no município de Ceres, que, sem contar com a devida assistência governamental e pressionada pelos grandes proprietários, entrou em declínio.

Outros fatores que contribuíram de forma decisiva para a ocupação desordenada do Cerrado foram:

- A inauguração de Goiânia, em 1940, que passou a exercer um papel de atração migratória e polarização rural/urbano (ESTEVAM, 1998);
- O Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956/1961), que estabeleceu dois momentos distintos no processo de ocupação: uma agricultura de subsistência aliada à pecuária extensiva e rudimentar de um lado; e agricultura comercial e bovinocultura tecnificada de outro. Some-se a esta mudança de paradigma do modelo agropecuário a construção de uma malha rodoviária para escoamento da produção, que serviu, também, como atrativo migratório (GUIMARÃES E LEME, 2002:38);
- A inauguração de Brasília, em 1960, que alterou severamente a geopolítica e o tecido social, não só das áreas adjacentes, mas também de forma indelével as regiões alcançadas pela extensa rede de rodovias construídas a partir da capital federal.

Mais recentemente – na década de 1970 – com o desenvolvimento de novas técnicas de uso do solo desenvolvidas pela EMBRAPA, como a fertilização e correção da acidez e adubação, elevaram o Cerrado à condição de maior produtor nacional de grãos e carnes. Desde então, é caracterizado

como uma das maiores e últimas reservas de terra do mundo para recepcionar a ampliação das fronteiras de produção de grãos, a formação de pastagens e a implantação de sistemas agroindustriais de biocombustíveis, com uma alta taxa de abertura de novas áreas agrícolas (ALENCAR, 1980; SANTOS E AGUIAR, 1985; AZEVEDO E ADÁMOLI, 1988; COUTINHO, 1990).

O Estado de Goiás ocupa posição de destaque no cenário de expansão nacional da ocupação de áreas pela agropecuária e fator de preocupação para todos os setores envolvidos no colóquio sobre sustentabilidade. Os dados apresentados pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás – SEMARH/GO, por meio do relatório GeoGoiás (AGÊNCIA AMBIENTAL DE GOIÁS, 2002), justificam esta preocupação:

- As áreas agrícolas ou dominadas pela agricultura constituíam no ano 2000, quase 74% do uso e ocupação das terras em Goiás.

- A agricultura intensiva ocupa 12,18% do território goiano e a ela deve ser acrescida a agricultura irrigada, que é utilizada em 95.296 hectares, 0,28% da área do Estado;

- As formações florestais (florestas secas, florestas arbustivas-arbóreas densas, florestas arbustivas-arbóreas abertas e florestas de galeria) naturais representam apenas 10,71% da superfície do Estado e estão concentradas principalmente em áreas de relevo no norte do Estado e ao longo dos eixos hidrográficos;

- As vegetações de tipo aberto, como os cerrados e campos, representam 14,71% da área de Goiás, incluindo nesse total as áreas protegidas existentes. Mas deve-se registrar que parte significativa é utilizada como pastagem natural

e, em muitos casos, já sofreram significativas alterações em suas composições florísticas e em termos de fitodinâmica. São áreas extremamente fragmentadas e cercadas por atividades agrícolas mais intensivas.

- Em sua totalidade, as áreas com cobertura vegetal natural, em diferentes estágios de preservação, incluindo as unidades de conservação de todos os tipos (4,48% do território goiano) representam hoje cerca de 25% da superfície do Estado de Goiás, quando consideradas na escala 1:1.500.000.

Deve-se ressaltar, adicionalmente, que de 2000 a outubro de 2002 a Agência Ambiental de Goiás autorizou o desmatamento de 198,5 mil hectares, que representam 0,66% da área total do Estado, ou aproximadamente 2,34% de toda área detectada como ainda tendo cobertura natural no ano 2000.

Na velocidade desse desmatamento, se considerarmos apenas os campos e savanas, e deles retirarmos as áreas de proteção integral federais, eles estarão totalmente erradicados em cerca de 57 anos. Considerando toda a área ainda não significativamente antropizada, até o ano 2000, excetuadas aquelas pertencentes a Unidades de Conservação de todos tipos hoje existentes, ou seja, 4,48% do território goiano, o ritmo médio de desmatamento dos dois anos analisados - de 80.000 ha - levaria à total extinção da cobertura vegetal nativa em cerca de 86 anos. Restariam apenas as áreas que hoje dispõem especificamente de algum grau de proteção, já que mesmo aquelas genericamente protegidas por lei, como as matas de galeria e as reservas legais das propriedades teriam sido completamente dizimadas.

O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Decreto Presidencial nº 5.577/2005, movido pelas fortes pressões exercidas sobre o bioma, instituiu o

Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado, que tem como objetivo geral:

[...] promoção da conservação, a restauração, a recuperação e o manejo sustentável de ecossistemas naturais, bem como a valorização e o reconhecimento de suas populações tradicionais, buscando condições para reverter os impactos socioambientais negativos do processo de ocupação do Bioma Cerrado (MMA, 2006, p.17).

A região nordeste do estado de Goiás coloca-se dentro desse panorama como unidade de planejamento prioritária para o poder público. Pela relevância ambiental, já que abriga a Reserva da Biosfera de Goyaz²¹, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, o Parque Estadual de Terra Ronca, a Reserva Extrativista Recanto das Araras de Terra Ronca e a Área de Proteção Ambiental – APA Nascentes do Rio Vermelho. E também pelos baixos indicadores sociais que lhe impuseram, por décadas, a pecha de “Corredor da Miséria” do Estado de Goiás. Por isso estudar o processo de ocupação e modo de existência de sua população pode fornecer elementos substantivos para a formulação de políticas públicas mais efetivas para esse território.

²¹ Em novembro de 2000 o nordeste goiano recebeu o título da criação da Reserva da Biosfera Goyaz Fase II, correspondendo à expansão da Fase I em direção aos principais e melhores remanescentes do cerrado de altitude do Brasil Central. Esta Reserva se caracteriza como uma das áreas de maior biodiversidade existentes no país, localizada ao longo do vale do rio Paranã, tendo como zonas núcleo o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, o Parque Estadual de Terra Ronca e o Parque Municipal de Itiquira. Sendo considerada pela UNESCO como região prioritária de conservação, promoção social e desenvolvimento sustentável

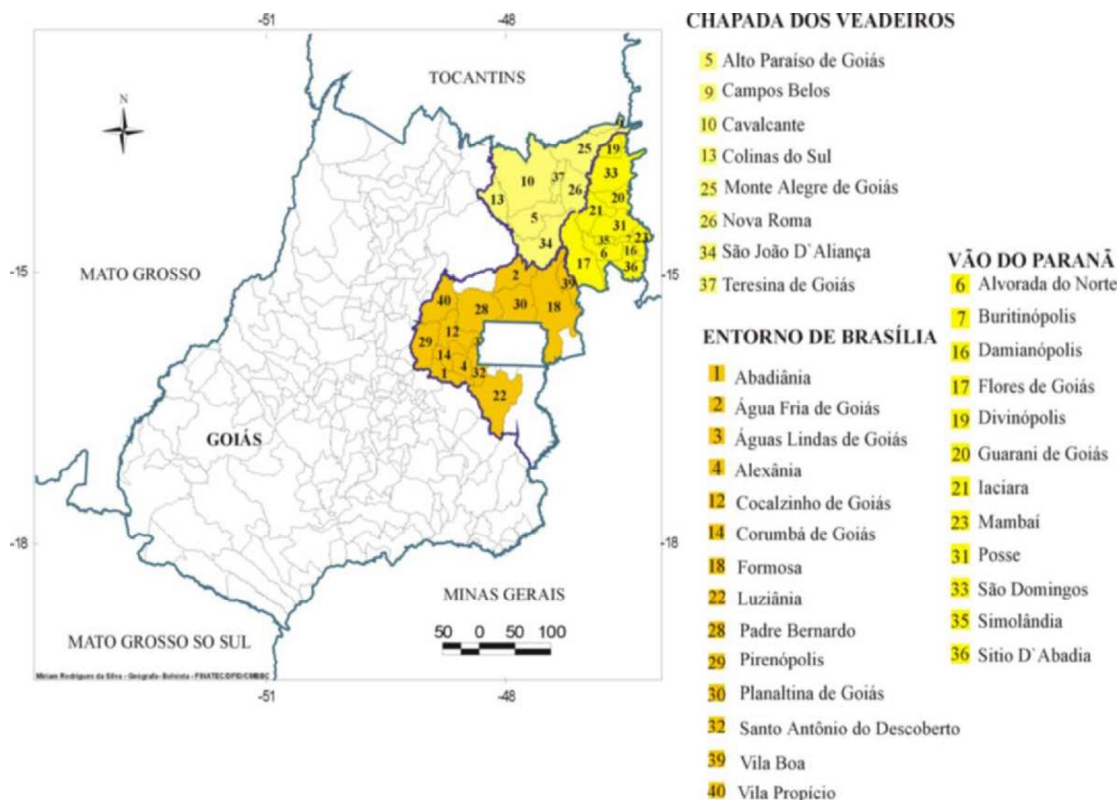
4. O VÃO DO PARANÃ – UMA HISTÓRIA DE PASSAGENS E ESQUECIMENTOS

Localizado na tríplice junção de Goiás, Bahia e Minas Gerais, na região que se convencionou chamar de “Nordeste Goiano”, o Vão do Paranã sintetiza um processo de ocupação marcado pela importância periférica que lhe foi atribuída pelo roteiro da história da expansão das fronteiras brasileiras para o oeste (Figura 4.1). Historicamente identificado com o Nordeste brasileiro, tem a pobreza e a miséria como traços marcantes nas descrições da região, que aliadas às características geoambientais com seca prolongada, chapadas, serras e vales, solos em grande parte pobres e áreas extensas de Cerrado, que até recentemente eram consideradas impróprias para a agricultura, nos faz lembrar do nordeste de Canudos, do sertão de mandacaru e da caatinga.

Vejamos a afirmação de Barreira (2002, p, 89):

A expressão “nordeste” quer significar não só a posição geográfica da região mas também uma identificação com o Nordeste brasileiro, ou seja, tão pobre, carente e árido quanto este; um sertão. A imagem criada deste conjunto regional está, sem dúvida, associada à experiência histórica da conquista do oeste do Brasil, e mais diretamente à imagem de grande parte do sertão histórico, o nordestino.

Figura 4.1 – Área de Estudo Regional (AER) Paranã –Pirineus Municípios e suas microrregiões correspondentes



Fonte: Mapas: (Miriam Rodrigues da Silva - Geógrafa - Bolsista - FINATEC/DFID/CMBBC)

Mas diferente de sua congênere, não foi palco de eventos que despertassem o interesse da pesquisa historiográfica, tendo sua importância secundarizada e relegada à condição de coadjuvante na interiorização do Brasil. Este tratamento contribuiu para que ocorresse um certo isolamento, que acabou conferindo à região uma singularidade na construção dos laços de identidade de suas populações mantendo vivo um sentimento de pertencimento que associa o homem a seu território.

O desbravamento do Vão do Paranã remonta ao século XVIII com as expedições em busca de ouro, cuja produção logo mostrou-se insuficiente para

justificar uma ocupação mais intensiva nas redondezas das lavras. O ouro de aluvião, encontrado ao longo dos rios da região, estabeleceu um padrão de ocupação territorial que pouco ou nada se assemelhava com os padrões dos núcleos de mineração instalados no Brasil, inclusive em Goiás, que mantinham, em regra, uma proximidade espacial capaz de produzir verdadeiros eixos econômicos. Podemos citar, no caso goiano, os arraiais de Meia-Ponte (atual Pirenópolis), Corumbá, Pilar de Goiás, Vila Boa (atual Goiás), Crixás etc.

A importância do papel da mineração colonial na ocupação regional é clara, mas, simultaneamente, acredita-se, e há evidências para isso, que a criação de gado desempenhou forte influência na região a partir da crise da economia açucareira, que expulsou enormes contingentes populacionais para outros lugares e para a prática de uma economia de autoconsumo.²²

Não somente em função da crise da economia açucareira sustenta-se a tese da presença marcante da pecuária no nordeste goiano, também merece destaque o caráter de abastecedor de víveres das áreas de mineração, não só em Goiás, mas principalmente, em Minas Gerais.

Tem-se na primeira metade do século XVIII, ondas de penetração de vaqueiros oriundos da Bahia com direção às minas. Segundo Moreyra (1981), em 1732, surgiram notícias da presença de contrabandistas baianos trazendo tropas de animais carregados de mercadorias e gado. Surgem nesse período os arraiais de Flores, como parada para pouso dos tropeiros e Couros, atual Formosa, como centro de comércio de carnes.

²² Este conceito refere-se a uma forma de produção estritamente feita para o consumo, que não é o mesmo que subsistência (lembremo-nos do modelo econômico agroexportador característico do Pacto Colonial)

Com a decadência da mineração no estado, por volta de 1778, vemos a economia de autoconsumo ocupar, paulatinamente, as atividades dos mineradores, que passam a se dedicar às práticas agrícolas nas proximidades das minas.

Em outros lugares, durante o século XIX, a criação de gado se intensifica como é o caso do Vão do Paranã. Desponta a partir daí um movimento de ruralização, sucedâneo da mineração, implementando nova dinâmica econômica na região. O Nordeste Goiano e o Vão do Paranã, em particular, experimentam um período de adensamento demográfico nos espaços rurais, durante o século XIX, resultado da relação de economia complementar nas fronteiras com a Bahia e Minas Gerais, diretamente ligada à pecuária e aos “currais da Bahia” (TIBALLI, 1991, p. 94).²³

A dinâmica econômica da região era intimamente relacionada com os fluxos comerciais com o mercado baiano e nordestino. Daí, quando ocorre o deslocamento do eixo econômico colonial do nordeste para o sudeste brasileiro com a ascensão da cafeicultura, a economia da região começa a entrar em colapso, já que mantinha estreitos laços comerciais exatamente com os centros canavieiros da Bahia, Pernambuco e Norte de Minas, enfrentando desde já, um longo período de estagnação, que acentuou o seu grau de isolamento em relação às demais regiões de Goiás.

A região só voltará a ser palco de novas ocupações a partir da segunda metade do século XX, não sentindo de forma importante a política de estímulo

²³ Identifica-se três importantes movimentos populacionais em Goiás, no século XIX: o primeiro ocorrido no Nordeste Goiano seguido pela ruralização resultante da decadência do ciclo da mineração e por último, o crescimento demográfico do sudeste e centro-sul

à interiorização do Brasil promovida por Getúlio Vargas com sua Marcha para o Oeste na década de 1930.

Só mais recentemente, com o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek e com a criação de Brasília a região retomou o rumo da organização territorial tendo sido criados, nos anos 1950 e 60, nada menos que onze novos municípios, dentre eles Mambáí (1958) e Damianópolis (1958) os quais nos dedicamos a investigar nesta pesquisa. No entanto, essa reorganização do território ainda não significou uma alteração na sua condição periférica ao sul e até mesmo ao norte do estado.

Um olhar mais atento, um dedo de prosa e um mapa já forneceriam informações bastantes para compreender os laços que unem o Nordeste Goiano ao Nordeste Brasileiro com destaque à Bahia. Sua população registra na tez sua maior referência de origem, negros em sua grande maioria. Segundo Barreira (2002, p, 100):

Tomando como base a origem das povoações e vilas surgidas na região nos séculos XVIII e XIX, apenas Flores e São Domingos relacionam-se, de certa forma, com a mineração; constituem núcleos básicos, por terem sido os primeiros. Os outros núcleos, como Posse, Iaciara, Guarani e Divinópolis, derivam desses embriões iniciais, mas já nitidamente impulsionados pela pecuária e pela migração maciça de baianos, que sem sombra de dúvida foram os primeiros habitantes da área – escravos e ex-escravos buscando refúgio nas zonas mais protegidas do Vão do Paranã, criadores de gado em busca de terras livres com pastagens naturais, trabalhadores em busca de trabalho.

A população dos municípios do Vão do Paranã é composta na sua maioria por negros, mas que para uns nada tem a ver com os remanescentes de quilombos, mas com o avanço secular das frentes criadoras de gado, que ligou Goiás ao grande ciclo dos criadores do São Francisco.

Na verdade a reconstituição do passado histórico da região é uma tarefa difícil e fragmentada, uma colcha de retalhos de fontes e interpretações, realizada por poucos autores que lançaram olhares bastante diversos sobre a região. Se de tudo que por lá ocorreu, pouco se registrou historiograficamente, a importância da pecuária extensiva tradicional é incontestável. Em uma região de imensos vazios e pastagens nativas, envolvida por paredões das chapadas e serras que emolduram o cenário natural e tri-junção entre Goiás, Bahia e Minas; a criação de gado como atividade complementar de abastecimento dos núcleos de desenvolvimento colonial encontrou a senda perfeita para instalar-se.

Podemos afirmar que entre os séculos XVIII e XIX a formação territorial do Vão do Paranã apoiou-se essencialmente na pecuária tradicional; perdurando até meados do século XX, quando processos políticos e econômicos alteraram, indelevelmente, o espaço goiano. Barreira (2002, p,187) identificou três fases para distinguir esses processos; a primeira de predomínio da pecuária tradicional, a segunda com o início da implantação do Distrito Federal a partir da década de 50 e, por último, da segunda metade da década de setenta em diante a fase de fronteira em incorporação.

Essa relação de integração de um espaço periférico como o Vão do Paranã à dinâmica nacional, contextualiza-se com as mudanças ocorridas no

estado e em outras regiões do país, que geraram, a partir de 1930, uma divisão nacional do trabalho, em que coube ao estado de Goiás o fornecimento de matérias-primas e alimentos para o sul e sudeste brasileiros para atendimento das necessidades criadas pelo desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo no setor urbano/industrial da economia brasileira do século XX.

Essa condição historicamente imposta nos revela um processo de subsunção aos movimentos de mudança vindos de fora, como se ao subsumir-se aos desígnios do exterior romper-se-ia o isolamento e enfim atariam-se os laços com o resto do estado (BARREIRA, 2002, p.27).

Na contramão desse comportamento de inércia e de conformação com a condição de pobreza e miséria construída também de fora para dentro, nota-se o despontar de uma nova percepção dos participantes desta pesquisa sobre como as demandas externas podem ser apropriadas e constituírem-se em instrumentos de subjetivação e empoderamento dos indivíduos e do coletivo local.

4.1 – OS MUNICÍPIOS DE MAMBAÍ E DAMIANÓPOLIS – PANORAMA SÓCIO-ECONÔMICO

O Cerrado na região vem sofrendo intenso processo de antropização como resultado da expansão da fronteira agrícola e da ocorrência do desmatamento clandestino para produção do carvão como fonte de renda imediata, sem uso da terra para agricultura. Os inúmeros assentamentos da

reforma agrária em áreas não agriculturáveis, em situação de miséria, têm estimulado, conseqüentemente, a degradação ambiental e o comprometimento da riqueza da biodiversidade. Do mesmo modo tem sido também comprometida a qualidade de vida de sua população que já vive em situação de endividamento, pobreza e abandono.

Uma abordagem da problemática que envolve a pressão exercida pelo modelo dominante de “desenvolvimento” da região sobre o ambiente físico tem sido objeto de inúmeros estudos, que indicam a necessidade de uma concepção alternativa e sustentável de exploração para o Cerrado. No entanto, poucas são as análises que, de forma objetiva e sem ecletismos, desnudam o conflito intrínseco entre a lógica rentista do capital e outras formas de organização produtiva que atuam por fora e por dentro da economia de mercado construindo laços de cooperação e solidariedade (GAIGER, 2005).

É nesse ambiente que o aproveitamento dos frutos do Cerrado encerra atributos que lhe conferem valor e que necessitam ser destacados sob o olhar multidimensional da agricultura familiar. Por tratar-se de uma atividade extrativista, o trabalho e a repartição coletiva dos resultados sinalizam para uma necessária valorização deste processo que engendra um valor ambiental aos produtos. Comprovadamente, as frutíferas nativas possuem altos valores nutrientes observados na Tabela 4.1, que podem ser explorados na conquista de consumidores capazes de assimilarem um prêmio aos produtos dessa natureza. Outro atributo importante e de forte componente sociológico é o resgate da história das comunidades envolvidas no extrativismo do Cerrado na região e o capital e protagonismo social existente.

Muitas são as iniciativas que buscam estabelecer uma rede de proteção ao bioma e às suas populações. No entanto, as experiências realizadas ainda carecem de maior solidez tanto em sua concepção, quanto em sua perspectiva estratégica, não impactando de forma contundente o processo de universalização do agronegócio convencional. Isso se dá pela absoluta falta de identidade e unidade na formulação de um projeto de uso sustentável do Cerrado que possibilite o diálogo efetivo entre as duas extremidades da atividade econômica extrativista / agroextrativista – o agricultor familiar e o consumidor.

Tabela 4.1 – Frutos do Cerrado do Nordeste de Goiás / Valores Nutricionais

Frutas <i>Fruts</i>	Calorias <i>Calories</i>	Glicídios <i>Glicids</i> (g)	Proteínas <i>Proteins</i> (g)	Lipídios <i>Lipids</i> (g)	Ca (mg)	P (mg)	Fe (mg)	Vitaminas / <i>Vitamines</i>				
								A (mcg)	B1 (mcg)	B2 (mcg)	C (mcg)	Niacina <i>Niacin</i> (mcg)
Ananás	56,5	13,50	0,40	0,10	21	10	0,40	5	80	40	61,0	0,200
Araça	37,8	8,00	1,00	0,20	14	30	1,05	48	60	40	326,0	1,300
Araçá-cum	52,0	10,30	0,40	1,60	52	24	2,30	...	453	100	...	2,675
Babaçu(amêndoa)	313,0	13,30	3,90	29,50	30	40	1,00	...	320	250	...	1,500
Batu(amêndoa)	616,7	25,46	26,29
Buriti	114,9	2,16	2,95	10,50	158	44	5,00	6000	30	230	20,8	0,700
Cagaíta	...	5,04	0,50	421	72,0	0,370
Caju	36,5	8,40	0,80	0,20	50	18	1,00	124	15	46	219,7	0,539
Caju(castanha)	556	37,92	17,89	37,00	24	580	1,80	...	850	320	5,0	2,100
Gabiroba	64,0	13,90	1,60	1,00	38	30	3,20	30	40	40	33,0	0,500
Gravatá	51,0	13,50	0,60	0,10	18	16	2,60	30	40	40	50,0	0,500
Ingá	97,7	21,60	2,62	0,10	28	13	0,80	47	148	95	19,6	1,121
Jatobá	115,0	29,40	1,00	0,70	31	24	0,80	30	40	40	31,1	0,500
Jenipapo	81,7	18,27	1,18	0,44	33	29	3,40	30	24	275	6,8	0,560
Lobeira	345,0	85,99	9,48	...	96,2	105	30
Macaúba	243,0	27,90	4,40	27,90	199	57	0,20	23	140	90	28,0	1,000
Mama-Cadela	...	5,04	1,99
Mangaba	47,5	10,50	0,70	0,30	41	18	2,80	30	40	40	33,0	0,500
Mutiá	60,5	11,70	1,37	1,16	19	18	2,04	7	20	40	84,0	0,400
Pêra-do-Cerrado	4,87	...	0,08	0,04
Pequi(amêndoa)	89,0	21,60	1,20	0,90	14	10	1,20
Pequi(endocarpo)	...	6,76	1,02	10,00	0,049	0,208	1,39	20.000	30	46,3	12,0	0,387
Pitanga	46,7	6,40	1,02	1,90	9	11	0,20	210	30	60	14,0	0,300

Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, 2007

Vale destacar, que os municípios de Mambaí-GO e Damianópolis-GO, estão inseridos na mesorregião de Águas Emendadas²⁴ e apesar de apresentarem baixos indicadores sócio-econômicos, possuem boas perspectivas para a implementação de ações de estruturação e apoio ao desenvolvimento do ecoturismo, do beneficiamento de frutos do Cerrado e da bioprospecção.

A utilização dos recursos do bioma Cerrado na região do Vão do Paranã para a geração de ocupação e renda tem sua importância destacada na medida em que a região integra o Corredor Ecológico Paranã-Pirineus²⁵, que envolve os Estados de Goiás e Tocantins e o Distrito Federal e representa uma região que merece um resgate histórico e uma atenção maior por tudo que representou como rota de desbravamento do oeste brasileiro já frisado neste capítulo.

4.1.1 – Mambaí – De mangaba e de baianos às margens do Riachão

Saindo de Brasília com destino ao nordeste pela BR – 020, entrando à direita logo depois de Alvorada do Norte a idéia até então vaga do que seria o Vão do Paranã começa a se concretizar pelo olhar do relevo. Colunas montanhosas nos acompanham lado a lado por quase todo o caminho,

²⁴ A Mesorregião de Águas Emendadas é uma das 13 mesorregiões que compõem o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO, do Ministério da Integração Nacional, sendo composta por 76 municípios do Estado de Goiás e 23 do Noroeste do Estado de Minas Gerais.

²⁵ Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), "são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais".

passando a impressão de estarmos a todo tempo dentro de um vale (ANEXO C). O calor é tropical, o sol é escaldante, o Cerrado vigoroso e resistente e o povo de pele negra e bronzeada reforça a identidade com o nordeste brasileiro.

Depois de percorridos, aproximadamente 50 km, chega-se ao trevo de Mambaí, entra-se à esquerda e deparamo-nos com uma cidade horizontal e espraiada, de casas simples, comércio incipiente, nenhuma agência ou terminal bancário. No centro da cidade disputando as atenções a Igreja da paróquia e o campo de futebol (Fotografia 4.1).



Fotografia 4.1 – Município de Mambaí/GO

O terreno arenoso torna a sensação de aridez ainda maior. Todos nos dirigem o olhar como a perguntar: “quem são esses que eu não conheço?” Dando a dimensão dos laços existentes entre as pessoas que lá vivem e criando-nos um sentimento de forasteiro.

Mas, como surgiu Mambaí? Segundo a chefe da APA Nascentes do Rio Vermelho:

O povoamento de Mambaí iniciou-se na segunda metade do século XIX, nas margens do córrego Riachão, que banhava a

localidade. E o Riachão está lá, o primeiro que se cruza quando se vai pelo asfalto rumo a Damianópolis(GO). Assim como o rio Vermelho, que vem logo em seguida, o Riachão nasce nas veredas situadas nas encostas da Serra Geral, que divide o estado com a Bahia. Está todo dentro da APA das Nascentes do Rio Vermelho.

Elementos vindos do vizinho Estado da Bahia, com o objetivo de extrair a borracha da mangabeira, abundante na região, teriam dado origem ao nome do município - MANgaba + BALanos. Outra versão sugere ser o nome derivado da tradução literal do nome original riachão para o correlato em tupi-guarani que seria mambaí.

Como já referido, os estudos historiográficos da região são escassos. Mas há um certo consenso de que o movimento messiânico de Canudos, em 1896, no sertão da Bahia, quando sertanejos lutavam contra as forças da República, ali repercutiu. Nesse mesmo momento é fincado um cruzeiro na margem oposta de um ribeirão denominado Riachão, que dá nome ao povoado existente às suas margens.

Localizado nos contrafortes da Serra Geral, o povoado de Riachão teve sua origem com a chegada dos pioneiros: Eduardo Moreira dos Santos, Gustavo Olimpo, Ioiô Mendes, Joaquim Maroto entre outros. A principal atividade dos primeiros moradores da localidade foi a extração do látex da mangabeira. Com o passar dos anos, o movimento das tropas que faziam o comércio entre Goiás e Bahia foi atraindo mais elementos, não somente dos mais recônditos pontos do estado de Goiás como também de outras entidades da federação.

Devido a esse fluxo de pessoas estranhas. Missionários religiosos em missão no interior de Goiás encontraram ali um ambiente conturbado, fazendo-se necessário a retirada das pessoas de bem daquele local. O fincamento deste cruzeiro foi marco da reestruturação do povoado Riachão.

Com a edificação de uma capela em louvor à padroeira Nossa Senhora da Conceição e o movimento de tropeiros com destino à Bahia, gradativamente, intensificaram-se as atividades comerciais e a pecuária, sua principal fonte de renda, elevando-se o povoado à condição de Distrito por força da resolução de nº 2, do dia 28 de maio de 1958, da Câmara Municipal de Posse já com a nova denominação de Mambaí (MONTEIRO & MONTEIRO, 2007).

Hoje em dia, no município, configura-se como importante atividade econômica da região a exploração comercial da madeira. De forma legal, o município de Mambaí possui uma indústria madeireira integrada a projetos de reflorestamento na Bahia. Clandestinamente, carvoarias que abastecem principalmente, a siderurgia mineira, o que fez com que ao longo do tempo predominasse a idéia de que “deitar o Cerrado” era mais lucrativo do que mantê-lo “de pé”. O resultado da conjugação da expansão agropecuária e do desmatamento comercial é o alto grau de degradação ambiental, concentração de renda, e estagnação sócio-econômica na região e no município.

A prática da queima clandestina do carvão nos municípios representa mais do que a degradação do meio ambiente. Representa a degradação humana, tamanho o grau de exploração e insalubridade a que esses trabalhadores são submetidos em virtude da ausência de investimentos em infra-estrutura, assistência técnica e políticas de trabalho e renda (Fotografias

4.2 e 4.3). Dado importante é que a maioria dos fornos de queima de madeira encontra-se em áreas de assentamentos ou comunidades rurais e a derrubada das árvores e a queima é feita pelos próprios trabalhadores rurais.



Fotografia 4.2 – Carvoaria clandestina /Mambaí-GO



Fotografia 4.3 – Carvoaria clandestina /Mambaí-GO

A fragilidade e vulnerabilidade dos municípios conjugada à estagnação das economias locais são estímulos à prática criminosa da queima do Cerrado. Em reunião realizada na Câmara Municipal de Mambaí, com lideranças e assentados da reforma agrária no município, foi afirmado que “só fazem isso (a queima do Cerrado) porque não têm outra alternativa para sustento da família. A afirmação adquire importância quando constatado que, no município de Mambaí, quatrocentas e nove (409) famílias são beneficiadas com o Bolsa Família, mas apenas 60% dos entrevistados afirmaram receber algum tipo de benefício social do Governo.

Para confirmação do quadro de rarefação do emprego no município, recorreremos aos números oficiais disponíveis indicadores de que na geração de postos de trabalho em Mambaí, no período 1999/2006 (Tabela 4.2), verifica-se uma variação decorrente das obras de implantação de três PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas), que geraram aproximadamente 600 empregos diretos e indiretos no período em referência (BRASIL,2007), mas que concluídas as obras retorna-se à situação de estagnação.

Tabela 4.2– Evolução do Emprego – Mambaí

Emprego								
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Admitidos	307	516	2	13	17	30	264	541
Desligados	113	97	2	9	8	22	434	592
Saldo	194	419	-	4	9	8	-170	-51

Fonte: Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, 2007.

Mambaí possui seis projetos de assentamento de reforma agrária (Tabela 4.3), que se encontram em situação dramática. Segundo relato da professora e

vereadora Maria do Socorro Alves Barbosa, o acesso se faz por estradas que, em alguns trechos, são intransitáveis, a oferta de água não atende a demanda das populações. O solo arenoso inviabiliza seu uso mesmo para a subsistência necessitando de investimentos que os assentados não possuem. A utilização dos serviços públicos de educação e saúde exigem um grande sacrifício de adultos e crianças, que chegam a passar o dia inteiro na sede do município para poderem assistir às aulas, como é o caso das crianças.

Tabela 4.3 - Tipos de projetos e o número de famílias assentadas nos projetos de Reforma Agrária

NOME DO PROJETO	TIPO DO PROJETO	ÁREA (Há)	CAPAC DE FAMÍLIAS	FAMÍLIAS ASSENTADAS
PA CAPIM DE CHEIRO	Assentamento Federal	2.016,1138	28-	26
PA MAMBAÍ	Assentamento Federal	2.017,8943	32	31
PA PARANÁ	Assentamento Federal	6.349,0912	90	68
PA SÃO JOSÉ	Assentamento Federal	2.030,4475	28	17
PA MAMBAI	Assentamento Estadual	795,0188	17	15
PA CYNTHIA PETER	Assentamento Federal	556,9702	41	37
TOTAIS DO MUNICÍPIO	6 PROJETOS	13.765,5358	236	194

Fonte: Adaptado INCRA- Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno SR 28

Nesses assentamentos de reforma agrária reproduz-se o amálgama de indivíduos oriundos de diversas partes do país. Entretanto, se articulam em torno de um propósito essencialmente de sobrevivência e passam a construir a identidade do grupo e do grupo com o meio em um longo processo histórico social.

Mesmo com todas as dificuldades, persiste entre aqueles nativos ou com raízes arraigadas no município um sentimento que é muito bem expresso na declaração do sr. Cirino, presidente da Central de Associações de Mini e Pequenos Produtores da APA Rio Vermelho –CAMPRIO; “Apesar dos pesares, a gente ama essa cidade. Já tive fora daqui, mas acabei voltando. É muito bom viver aqui, as amizades são verdadeiras, as pessoas se conhecem e se ajudam. Só isso já dá para acreditar num futuro melhor”.

Convivem no ambiente rural os assentamentos oficiais e as comunidades rurais, resultantes do processo desordenado de ocupação fundiária da região. Ali habitam famílias que produzem em terras que não lhe pertencem cartorialmente, mas que guardam, em alguns casos, histórias de gerações.

4.1.2 – Damianópolis: um cenário desolador

Saindo de Mambaí em direção ao município de Sítio d’Abadia, envolvido pelos paredões do Vão, em um percurso de aproximadamente 15 Km, colocamo-nos de frente com uma cidadezinha de ruas retas e perpendiculares, asfaltadas no miolo central e de barro em seu entorno, mais simples que sua vizinha Mambaí, é Damianópolis. Seguindo o curso da história narrada ao longo deste trabalho, o povoamento teve origem às margens do córrego Santa Catarina, no ano de 1840. Data dessa época a vinda dos primeiros moradores, procedentes do vizinho Estado da Bahia, atraídos pela boa qualidade das

terras para lavoura e criação de gado e a abundância de madeiras de lei nas florestas da região.

O lugar tornou-se uma referência para tropeiros que faziam o comércio entre Goiás e Bahia fazendo surgir, assim, o povoado de Santa Catarina, derivado do córrego de mesmo nome. Foram os pioneiros e fundadores os senhores: Júlio Moreira de Moura, José Marques, João Rodrigues da Cruz, Juvêncio Pereira de Abreu, Jesuíno César de Melo e Manoel Justino da Silva, cujas moradas eram de pau-a-pique com cobertura de capim.

Inicialmente desenvolveram-se as atividades de cultivo de cereais e pecuária, crescendo, gradativamente, o tráfego de tropeiros que faziam comércio entre Goiás, Minas e Bahia. Abriu-se, assim, uma estrada para facilitar o transporte e edificando-se uma escola e uma capela, construções que simbolizavam a consolidação da ocupação e povoamento na região. Como a maioria dos municípios do Vão do Paranã, Damianópolis possui poucos registros historiográficos e uma memória popular dispersa, o que dificulta um aprofundamento que requereria para tanto, um maior tempo de pesquisa, mas não é esse o propósito deste trabalho.

Em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto-Lei Estadual nº 1532, o povoado foi elevado a distrito e em 14 de novembro de 1958, pela Lei Estadual nº 2149, o distrito passou à categoria de município, com o novo topônimo de “Damianópolis”, em homenagem a uma das pioneiras da região, de nome Damiana, desmembrando-se do município de Sítio d’Abadia e instalando-se em 1º de janeiro de 1959 (Fotografia 4.4).



Fotografia 4.4 - Município de Damianópolis/GO

A cidade viu sua vegetação nativa sendo invadida pela expansão agrícola e pecuária. Porém, nem a lavoura e tampouco o boi conseguiram gerar o tão esperado desenvolvimento. Pelo contrário. Tocadas de forma extensiva, sem a utilização de tecnologia, as duas frentes renderam para a região a alcunha de “corredor da miséria”.

Com apenas uma indústria, trinta e cinco (35) estabelecimentos de comércio e nenhuma agência bancária, Damianópolis não conseguiu criar para seus moradores condições dignas de trabalho (Tabela 4.4). De 1999 a 2006, por exemplo, foram gerados na cidade poucos vinte e três (23) empregos com carteira de trabalho assinada, enquanto dez (10) trabalhadores foram demitidos, gerando um saldo de 13 empregos formais em sete anos (Tabela 4.5).

Tabela 4.4 – Aspectos econômicos do município de Damianópolis

ASPECTOS ECONÔMICOS	
Número de Estabelecimentos Industriais	0 (Junho/2007)
Número de Estabelecimentos Industriais	1 (Maio/2006)
Distrito Industrial	- (junho/2006)
Destilarias	- (Julho/2007)
Frigoríficos/Entrepósitos de ovos	- (22/05/2006)
Laticínios	- (22/05/2006)
Estabelecimentos Bancários	- (Agosto/2007)
Transporte - Distância Rodoviária à Capital	528 km (2005)
Número de Estabelecimentos do Comércio Varejista	35 (Agosto/2007)
Número de Estabelecimentos do Comércio Varejista	38 (Maio/2006)

Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, 2007.

Tabela 4.5 – Evolução do emprego no município de Damianópolis

Emprego								
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Admitidos	2	2	2	-	1	7	1	8
Desligados	-	2	1	-	-	5	1	1
Saldo	2	-	1	-	1	2	-	7

Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, 2007.

Acrescente-se ainda, a elevada taxa de mortalidade infantil (41,9 a cada 1.000 nascidos vivos – a média nacional é de 26,6) (Tabela 4.6), os 24,4% de analfabetos (Tabela 4.7), os 62% dos 856 lares administrados com rendimento de até um salário mínimo (Tabela 4.8) e a total ausência de saneamento básico, chega-se a um cenário desolador.

Tabela 4.6 – Taxa de mortalidade infantil

Saúde				
	1990	1991	1998	2000
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1000 nascidos vivos)	50,80	59,97	38,77	41,97

Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, 2007.

Tabela 4.7 – Taxa de alfabetização

Educação		
	1991	2000
Taxa de alfabetização (%)	64,8	75,6

NOTA: Pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, 2007.

Tabela 4.8 - Domicílios particulares permanentes / salário mínimo

Domicílios / salário mínimo	
	2000
Total	856
Até 1	531
Mais de 1 a 2	182
Mais de 2 a 3	39
Mais de 3 a 5	53
Mais de 5 a 10	16
Mais de 10 a 15	2
Mais de 15 a 20	1

Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, 2007.

Diante desse quadro calamitoso, sem perspectivas de crescimento, o mais natural seria apostar no ostracismo socioeconômico que assola boa parte dos municípios brasileiros. Seria, não fosse a determinação de um grupo de pessoas que decidiu desafiar o destino, lutando contra a desconfiança, o preconceito, as críticas e, por vezes, a própria razão.

5. O CERRADO “EM PÉ” GERANDO TRABALHO E RENDA

Esta parte será dedicada à descrição do processo de aproveitamento sustentável dos recursos naturais do bioma Cerrado nos municípios de Mambai e Damianópolis. O fio condutor da narrativa é a experiência de uma família de Damianópolis que contrariando o que parecia bom senso, resolvem investir na cata de frutos nativos da região, movidos inicialmente pela necessidade de mudarem o rumo de suas vidas. A história conta ainda a trajetória de uma mulher, de origem negra, pobre e religiosa que enfrentou desafios até ser reconhecida como exemplo de perseverança e resistência a uma condição de vida, que a ela não haviam dado escolha, Dona Geovanda de Souza Brandão.

Em entrevista realizada nos dias 30 e 31 de outubro de 2006, durante a realização do Seminário do projeto “Agroextrativismo no Cerrado Construindo Metodologia Participativa de Capacitação”, promovido pela parceria ECODATA/MTE, dona Geovanda nos relatou que, quando chegou a Damianópolis em 1986, recém-casada com o agricultor João Justino Paes, a jovem de apenas 19 anos já trazia o peso de uma vida marcada por dificuldades, muito trabalho, sofrimento e pobreza. Da infância pobre, em Unaí, no noroeste de Minas Gerais, onde nasceu, ela lembra-se apenas dos afazeres domésticos e da perda da mãe, quando tinha apenas 10 anos de idade.

O casal havia deixado o interior mineiro em busca de uma oportunidade de trabalho para Justino, que arriscava as primeiras marteladas no ofício de lanterneiro. O excesso de vontade, no entanto, contrastava com a pouca oferta de serviço. Como fazem os retirantes, que vão abandonando suas raízes em

busca dos grandes centros, o casal foi tentar a sorte em Goiânia, no início da década de 1990. Durante os três anos que passaram na capital, Geovanda e João trabalharam para sobreviver, o ofício de lanterneiro não rendia para a família, que agora contava também com os dois filhos do casal, Fábio Júnior e Júnior Fábio, sequer o suficiente para o dia-a-dia. Então decidiram voltar para o interior.

De volta para Damianópolis, em 1993, assim como fazem os retirantes, Geovanda e Justino não tinham outro caminho a não ser tocar roça à meia, produzindo arroz, milho e feijão, não mais que o suficiente para o sustento da família. Como o destino “escreve certo por linhas tortas”, entre uma carpida e outra, Justino começou a recolher os caroços de pequi que encontrava em abundância pelo caminho e os vendia na cidade. E foi assim pelos próximos dez anos.

Em 2003, Justino retorna para Goiânia em mais uma tentativa de “melhorar de vida”, o agricultor-lanterneiro resolve levar junto uma carga de polpa de pequi, que foi toda vendida. Decidiram, então dedicarem-se à cata do pequi, mesmo desconhecendo procedimentos, métodos e leis ambientais. Até que por acaso, conheceram Rafael, à época chefe do escritório da APA Nascentes do Rio Vermelho, que lhes deu as primeiras orientações técnicas.

Justino convidou-o a conhecer a sua casa que funcionava como depósito e base para o despulpamento da fruta. Quase se arrependeu temendo que sua carga de pequi, que ocupava todo um cômodo de sua casa fosse apreendida pelo IBAMA, mas, ao contrário, os técnicos que o visitaram não só apreciaram

a qualidade do produto como também orientaram o casal para constituir uma associação e garantiram todo o apoio para a concretização do projeto.

A Analista Ambiental, chefe da APA Nascentes do Rio Vermelho sra. Mirtes, assim relatou o início da empreitada:

_ O Rafael, coordenador da APA antes de mim foi quem ajudou a criar a BENFRUC, no dia 04 de agosto de 2004 e registrou a ata em 30 de agosto de 2004 [...] o Rafael tomou todas as medidas, levou os associados a Japonvar²⁶. Quando eles voltaram de lá, foi que o CMBBC que já estava trabalhando aqui, tava na agrovila (Mambaí) conheceu o Rafael, que já estava trabalhando nisso. [...] o que o CMBBC deu foi um freezer e uma mesa inox para a BENFRUC. Daí pra frente, é outra história.

Com esse importante apoio, a implementação da Associação de Produtores e Beneficiadores de Frutos do Cerrado de Damianópolis/GO - BENFRUC se deu por meio de reuniões estimuladas pela ação do Projeto de Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado, durante o ano de 2004, que culminou em sua estruturação no dia 04 de agosto de 2004. A Associação tem sua sede na Av. Julio Moreira de Moura, nº. 126 – setor Santa Olímpia – Damianópolis - GO.

Soma-se à empreitada o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Goiás), através do projeto Aproveitamento Sustentável de Frutos do Cerrado, dando suporte e capacitação para o associativismo e cooperativismo. Surge assim, a Associação dos Produtores e Beneficiadores

²⁶ O município de Japonvar, localizado a 517 quilômetros de Belo Horizonte, no norte de Minas, na microrregião de Montes Claros é considerada a capital nacional do pequi. A viagem foi patrocinada pela Japan International Cooperation Agency (JICA) dentro do projeto Corredores Ecológicos do Cerrado Paranã-Pirineus -CECPP

de Frutos do Cerrado (BENFRUC), fundada pelo casal e por outras dez (10) pessoas.

Geovanda, a única mulher do grupo, assume a liderança e dedica-se de corpo e alma naquela que poderia ser a grande e talvez única chance de melhorar sua vida e de seus companheiros de empreitada. Eleita presidente, ela aprendeu da forma mais dura possível o que era estar à frente de uma iniciativa inovadora, sendo, por inúmeras vezes, criticada e achincalhada pela própria comunidade. Decidida em seus ideais, e firme em seu propósito, Geovanda não declinou em nenhum momento, nem mesmo quando a primeira safra de pequi colhida pela BENFRUC rendeu quase nenhum dinheiro para seus associados (Tabela 5.1). Os outros membros não tiveram a mesma determinação, e a associação reduziu-se a apenas ela e o marido.

Tabela 5.1 - Faturamento mensal e anual dos sócios da Associação dos Produtores e Beneficiadores de Frutos do Cerrado de Damianópolis - BENFRUC

ANO	RENDA ANUAL BRUTO	GASTOS	RENDA ANUAL DOS ASSOCIADOS	RENDA MENSAL DOS ASSOCIADOS
04/05	R\$ 12.500,00	5.950,00	R\$ 727,77	R\$ 60,64
05/06	R\$ 46.298,00	10.000,00	R\$ 4.033,11	R\$ 336,09
06/07	R\$ 98.400,00	32.000,00	R\$ 7.377,77	R\$ 614,81

OBS: A Renda mensal dos Associados foi calculada em 12 meses, e não por meses de trabalho.

Geovanda não desistiu, refez os planos, buscou junto aos jovens no município o apoio para continuar, captou novos associados e passou a colher, além do pequi, toda a rica variedade de frutas que o Cerrado oferece, como o

buriti, cagaita, mama-cadela, cajuzinho-do-cerrado, araticum, mangaba e o baru.

Na mesma proporção em que a pequena Damianópolis continuava perdendo sua força produtiva, a associação foi se tornando sustentável. Além de fornecer pequi para a empresa Cerrado Goiano sediada em Goiânia e se apresentar em feiras de negócios, a BENFRUC fechou parceria com a sorveteria SORBÊ, em Brasília, que lhe compra quase toda a produção de polpa de frutas, e ergueu, ao lado de sua casa, adquirida com o suor do próprio trabalho e com o apoio de Rita Medeiros, proprietária da SORBÊ, um barracão de 41,7m², onde sedia a associação provisoriamente.

No auge da produção, chegou-se a descarregar 1.300 sementes de pequi por dia, suficientes para render 15 quilos de polpa. De 'bico', a BENFRUC passou a ser a principal fonte de sustento para seus associados, que, em boas safras, pode render até R\$ 2 mil a cada um de seus sócios. Depois de colher os primeiros frutos, almeja uma conquista maior ainda: a construção de uma agroindústria, onde será instalada a sede definitiva da BENFRUC. O terreno já foi adquirido pela associação, às margens da GO-040, na saída para Sítio d'Abadia.

No local será construído um prédio de 154,3m², dotado de espaço para o processamento e armazenamento de 100 toneladas de frutos do Cerrado por ano. A obra, estimada em R\$ 99 mil, está em processo de licitação e será erguida com recursos da Fundação Banco do Brasil, em parceria com o Sebrae, Agência Rural, Embrapa Cerrado, IBAMA e Ministério da Integração Nacional. A inauguração está prevista para o primeiro semestre de 2008 e deve

surgir como uma nova fonte de economia sustentável para o nordeste goiano, especialmente para produtores e trabalhadores rurais de Damianópolis, Sítio d'Abadia e Mambaí.

O gestor do projeto Aproveitamento Sustentável de Frutos do Cerrado, Marcos Fernando Passos, consultor de Agronegócios do Sebrae, acredita que a agroindústria deva aumentar em 70% a capacidade de produção da BENFRUC, que, ano passado, processou cerca de 30 toneladas de frutos. De acordo com o consultor, a associação precisa atender o mercado em expansão, pois empresas sorveteiras de São Paulo estão manifestando interesse na aquisição de polpas de frutos do Cerrado. Aliás, Marcos Fernando lembra que os 14 mil picolés produzidos, por dia, pela empresa de sorvetes Milka Frutos do Cerrado, de Goiânia, dão uma idéia de quão é promissora a vida da BENFRUC. Ele explica que a Embrapa tem catalogados 40 tipos de frutos do Cerrado, que servem para a produção de picolés e sorvetes, farinha, doces e conservas e outras 40 para diversos usos(ANEXO D). Para o gestor, um potencial ainda inexplorado na sua totalidade.

Simultaneamente à construção da agroindústria, os participantes do projeto Aproveitamento Sustentável de Frutos do Cerrado passarão por etapas de cursos de capacitação em processamento de frutos nativos, produção de mudas de espécies frutíferas nativas, boas práticas de fabricação, adequação à legislação específica, design de embalagem e criação do rótulo, administração, marketing e gestão da agroindústria. Segundo Marcos Fernando, serão investidos R\$ 107 mil nessas fases, além da contratação de um responsável técnico para elaboração e execução do projeto básico da agroindústria. Esta

reestruturação, planeja, poderá influenciar no trabalho de outros 250 envolvidos, indiretamente, com a produção dos frutos do Cerrado, de caráter artesanal (ANEXO E), afirma o gestor.

Atualmente, a BENFRUC comercializa as polpas com duas empresas de Goiânia e uma de Brasília em pacotes plásticos de 1kg, por preços que variam de R\$ 7,00 a R\$ 10,00, o quilo, sendo o pequi vendido em caixas pesando 15kg, com preço variando de R\$ 5,00 a R\$ 7,00 (Tabelas 5.2 e 5.3). Após a inauguração da agroindústria, espera-se o aumento da rentabilidade da associação, pois sua produção poderá ser vendida diretamente aos mercados, sem atravessadores.

Tabela 5.2 -Quantidade de produtos produzidos, valores e faturamento anual por ano desde a criação da BENFRUC – 2004 a 2005 e 2005 a 2006

ANO	PRODUTO	QUANTIDADE	PREÇO kg / ANO	TOTAL BRUTO
04/05	PEQUI	2.500 kg	R\$ 5,00	R\$ 12.500,00
05/06	PEQUI	6.750 Kg	R\$ 5,00	R\$ 33.750,00
05/06	CAGAITA	400 Kg	R\$ 7,00	R\$ 2.800,00
05/06	CAJU	106 Kg	R\$ 8,00	R\$ 848,00
05/06	JATOBÁ	50 Kg	R\$ 10,00	R\$ 500,00
05/06	MAMA CADELA	40 Kg	R\$ 10,00	R\$ 400,00
05/06	BURITI	100 Kg	R\$ 8,00	R\$ 800,00
05/06	MANGABA	400 Kg	R\$ 9,00	R\$.600,00
05/06	COCO AZEDO	100 Kg	R\$ 8,00	R\$ 800,00
05/06	ÓLEO DE PEQUI	100 Lts.	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
05/06	ÓLEO DE CASTANHA	30 Lts.	R\$ 40,00	R\$ 1.200,00
05/06	ARATICUM	200 Kg	R\$ 8,00	R\$ 1.600,00

Tabela 5.3 - Quantidade de produtos produzidos, valores e faturamento anual da BENFRUC - 2006 a 2007

ANO	PRODUTO	QUANTIDADE	PREÇO kg / ANO	TOTAL BRUTO
06/07	PEQUI	11.000 Kg	R\$ 6,00	R\$ 66.000,00
06/07	CAGAITA	1.000 Kg	R\$ 7,00	R\$ 7.000,00
06/07	CAJU	250 Kg	R\$ 8,00	R\$ 2.000,00
06/07	JATOBÁ	250 Kg	R\$ 10,00	R\$ 2.500,00
06/07	MAMA CADELA	100 Kg	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
06/07	BURITI	300 Kg	R\$ 9,00	R\$ 2.700,00
06/07	MANGABA	900 Kg	R\$ 10,00	R\$ 9.000,00
06/07	COCO AZEDO	100 Kg	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
06/07	ÓLEO DE PEQUI	100 Lts.	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
06/07	ÓLEO DE CASTANHA	30 Lts.	R\$ 40,00	R\$ 1.200,00
06/07	ARATICUM	300 Kg	R\$ 10,00	R\$ 3.000,00

A associação também divide os lucros da produção com os proprietários das terras onde os frutos são colhidos, pagando, por exemplo, R\$ 2,50 a cada caixa de pequi retirado da área, atitude que estimula a preservação da vegetação nativa.

Esse processo acende na memória a imagem de Chico Mendes (Francisco Alves Mendes Filho) e a origem do que convencionou-se chamar de agroextrativismo já citado no capítulo 2. A atuação da presidente da BENFRUC vem contribuindo para a manutenção do Cerrado “em pé” no nordeste de Goiás e para a redução das carvoarias clandestinas na região. Ela revela que ‘arrumou muita briga por isso’, mas sente-se vitoriosa por observar matas intactas, prontas para o desenvolvimento sustentável.

Os conflitos, segundo ela, cessaram, pois os proprietários de terra entendem que dá para ganhar dinheiro com a matéria-prima da natureza, além

da pecuária e das lavouras. Aliás, são as possíveis plantações de cana-de-açúcar na região que ainda ameaçam o futuro do uso sustentável do Cerrado, pois cerca de 80% do Cerrado nativo ainda está preservado na região.

Está em curso um processo que propõe a criação de uma Reserva Extrativista - RESEX no município de Damianópolis, para o extrativismo de frutos do Cerrado. O governo federal sensibilizou-se com a idéia, e já há projetos para a negociação de uma área de 27 mil hectares para sua implantação. A área servirá para a coleta dos frutos e a plantação de mudas de cerca de 30 espécies nativas, além da implantação de um projeto de apicultura (produção de mel de abelha). Com isso, espera-se explorar, de forma sustentável, tudo o que o bioma Cerrado oferece, inclusive o aproveitamento de sementes dos frutos para o feitiço de peças artesanais, como bijuterias e souvenirs.

Para coroar todo esse esforço e perseverança Geovanda foi agraciada com o Prêmio Sebrae Mulher Empreendedora 2006, sendo vitoriosa na categoria coletiva disputando com mais de 1.700 projetos inscritos

Para receber a premiação em Brasília, Geovanda comprou vestido e sapato novos, por R\$ 200,00, valor anos atrás inimaginável para seu orçamento. Mulher de fala simples, mas determinada, Geovanda afirma possuir em sua família o esteio para seguir adiante: "Achava que eu não era nada na vida, mas, após esse título, quero servir de exemplo para a minha comunidade".

Dentro do plano de Econegecio que a APA Nascentes do Rio Vermelho desenvolve, a BENFRUC vem realizando junto às comunidades extrativistas

trabalhos de conscientização, relacionados à importância de conservar as espécies de frutos nativos potenciais e promovendo a educação ambiental deste contingente humano por meio de parcerias com instituições públicas Estaduais, Municipais e Federais. Em sua coleta de frutos ordenada disponibiliza, ainda, no campo, alimento para a fauna e perpetuação das espécies com o plantio de mudas nativas das espécies utilizadas para sua safra anual.

A utilização diversificada e sustentável dos recursos naturais pelas comunidades extrativistas torna este recurso um empreendimento de Desenvolvimento Sustentável e de fortalecimento e reprodução na renda familiar, com o aumento da segurança alimentar e geração trabalho e renda para sócios e não associados.

Segundo dados fornecidos pelo escritório da APA e pela direção da BENFRUC e confirmado pelas entrevistas realizadas com as comunidades estudadas, a associação beneficia diretamente as famílias dos seus sócios totalizando 32 pessoas. Indiretamente se incorpora nos períodos de coleta um contingente variável de 60 famílias, resultando em benefício para um universo de aproximadamente 180 pessoas, distribuídos entre os dois municípios. Dos entrevistados 52 já contribuíram com coletas para a BENFRUC e pretendem associarem-se.

As 74 famílias das comunidades identificadas se caracterizam pela realização do agroextrativismo e a maioria não possui emprego fixo. Grande parte dos moradores foi identificada como estudantes (47%), seguidos por donas de casa (60%), aposentados (6%), extrativistas (98%) e outras

ocupações não agrícolas como serventes, pedreiros, trabalhadores braçais, venda de alimentos em pequenos comércios.

Os estudantes representam uma grande quantidade declarada sem ocupação econômica, embora a maioria deles ajude os pais nas pequenas lavouras de subsistência e nos trabalhos extrativistas. As mulheres das comunidades, além de auxiliarem seus companheiros nos trabalhos diários, são as que mais trabalham com o extrativismo.

A produção extrativista é comercializada na cidade, feiras e associações. O pequi (*Caryocar brasiliense*) é o fruto mais coletado e mais consumido e de maior aceitação comercial. As plantas medicinais são usadas para consumo próprio. O artesanato, com material do Cerrado, está em fase inicial, sendo muito apreciado na região. O meio de transportar a produção extrativista e agrícola é feito a pé, com animais, bicicletas e veículos automotores. As atividades referentes à lavoura familiar e o extrativismo são na maior parte dos casos, um meio de subsistência. O excedente da produção para consumo é vendida em bares, armazéns, supermercados dos municípios ou entre as próprias famílias em base de troca. Destaca-se a farinha de mandioca, uma das principais fontes de alimento, que é produzida de forma comunitária nas poucas casas de farinha existentes na região.

É importante destacar que nesta região não é costume plantar a lavoura por três anos no mesmo local, uma vez que o solo é bastante arenoso. As principais produções são: arroz, milho, feijão, mandioca, hortaliças e frutas. Com uso de agrotóxicos e adubos químicos. Os pequenos produtores atribuem a queda da produção ao pouco investimento e ao enfraquecimento da terra. Os

produtores que investiram em frutas, verduras, doces e hortaliças têm seu mercado nas vendas para as feiras livres.

O pequi em sua temporada, bem como a cagaita, o murici, cajuzinho, mangaba, buriti, araticum, tamarindo, grão de galo e outros frutos existentes na região, compõem a alimentação das comunidades e os excedentes são vendidos sem agregação de valor como renda durante a safra de cada um destes frutos.

A base econômica histórica da região foi a agropecuária, que responde, ainda hoje, pela maior parcela do PIB local. Duas atividades – a criação do gado bovino e a cultura de grãos – foram consideradas como as mais importantes economicamente. A criação do gado bovino ocorreu em todos os municípios do Vão do Paranã e esteve mais afeita a detentores de grandes glebas de terra, permanecendo assim até os dias atuais. Já a cultura de grãos é mais recente e caracterizou-se como uma atividade introduzida pelos “de fora”, gaúchos e paranaenses, que começaram a se instalar na região a partir de meados dos anos 1970.

Esse processo gerou um impacto no universo pesquisado, historicamente desprovido de recursos para investimentos em inovação e tecnificação produtiva, levando-o a construir alternativas sustentadas por uma nova racionalidade nos usos dos recursos disponíveis. No caso dos assentados, pequenos produtores, desempregados e subempregados das comunidades rurais, o processo de “reconversão” teve, como principais culturas, os frutos do cerrado e os pequenos animais (caprinos e ovinos). A opção por esses produtos está mais afeita, como era de se esperar, à sua adequação ao

ecossistema do Cerrado e à sua viabilidade comercial. Com o surgimento de um mercado amplo por produtos “limpos”, “verdes”, “naturais”, é que a viabilidade comercial desses produtos adquiriu novas perspectivas.

6. O PAPEL DO CONSUMIDOR NA CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Mais do que a ocupação comercial do espaço proporcionado pelos chamados nichos mercadológicos, o que se vislumbra pelos resultados apontados durante a pesquisa é a possibilidade real de fortalecimento e consolidação de uma nova concepção de consumo.

A noção de consumo responsável, ético e solidário já encontra eco no seio da sociedade e em instituições identificadas com a proposta de desenvolvimento sustentável e solidário²⁷, idéia que congrega a emergência de novos parâmetros para o desenvolvimento com o princípio da solidariedade tida como responsabilidade coletiva e compartilhada em favor da ordem econômica e social mais justa, superando o individualismo. Para que se alcance essa proposição, faz-se necessário a formação de uma cultura de consumo consciente²⁸, que passa pela formulação de uma proposta de educação e reeducação para o consumo em que o ato de consumir se identifique com o ato de produzir de forma subjetiva e co-responsável.

Trocando em miúdos, o jargão “você é o que você come”, não se restringe aos efeitos fisiológicos proporcionados pela escolha do que se consome, vai muito mais além, indica o perfil de classe do consumidor, suas origens, suas

²⁷O desenvolvimento solidário é um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados.

²⁸ O **consumo consciente** visa transformar o ato de consumir em um ato de cidadania. Em adição ao bem estar pessoal, o consumidor consciente considera, em suas escolhas de consumo, as possibilidades ambientais e as necessidades sociais (Fonte: Instituto Akatu pelo Consumo Consciente – www.akatu.org.br)

relações e, no caso, o compromisso social. O conceito de habitus de Bourdieu , base teórica deste capítulo, clarifica este entendimento.

Vemos uma mobilização global orientada pelas preocupações com o destino da humanidade. Ideológicos ou não, todos se afirmam enquanto resistência aos efeitos colaterais do desenvolvimento capitalista.

Desenvolvimento sustentável e solidário, não é mero neologismo ou “marcação de posição”, é dar nome e identidade para um novo movimento social de dimensão global, que se articula e, sem alarde, ocupa as brechas que a sanha do mercado e da competitividade do cifrão talham em seu próprio tecido.

Quando nos deparamos com um empresário do ramo gastronômico que se preocupa em contar uma história e/ou descrever a história de um produto que comercializa, abre-se um espaço para se discutir uma pedagogia do consumo. Assim, o empresário Jorge Ferreira, o “ Jorjão”, empresário da noite, do dia e da gastronomia, dirige seus negócios. Para ele a procedência é mais do que a garantia de que os pré-requisitos das normas de sanidade dos alimentos, é, também, a história do fazer.

Não foi a toa, que ao ser questionado sobre a possibilidade de incorporar à sua carteira de produtos artigos com a carga simbólica que possuem os frutos do Cerrado do Vão do Paranã, coletados e beneficiados pela BENFRUC, respondeu:

_ Acho que dá até para montar uma seção no mercado só de frutos do Cerrado. Não sabia que o pequi é processado em forma de condimento. Isso deve ser show.

Tanto Jorge Ferreira como Paulinho (Paulo Guilherme Waisros Pereira), seu sócio no Mercado Municipal, concordam que falta investir no regional. Quanto à remuneração através de um sobre-preço ou prêmio para os produtos, acreditam que é possível, mas pelo objetivo da proposta deve ser opcional, deixando claro que o valor X acrescentado ao preço do prato, da bebida ou qualquer outro produto com origem nos empreendimentos solidários, se pago, será integralmente revertido para as comunidades que o produziram.

Mas o consumo consciente não pode se perder no ralo comum da esmola ou da caridade. Por isso o diálogo entre educação e consumo deve ser amplificado. Não há como vislumbrar uma mudança de comportamento que não induzida pela educação e pelo acesso à informação. Essa conjugação habilitaria o consumidor a assumir um papel mais significativo e promotor do comércio ético e solidário, pois ao perceber o modelo de comércio convencional como uma das causas e também como reflexo de muitos dos problemas já contextualizados, o indivíduo se vê propenso a intervir através das suas escolhas e das suas opções de consumo.

Uma pedagogia para o consumo responsável aparece então como elo indissociável das extremidades da economia de mercado dentro de um contexto de ampliação do movimento de comércio ético e solidário. O par do binômio que compõe essa pedagogia, a informação, é fundamental para o exercício do consumo responsável e importante instrumento para modelagem de uma rede de economia solidária sem o vácuo causado pelo gargalo da comercialização que aflige os pequenos empreendimentos coletivos e também individuais.

Assim, a informação é indispensável para o processo de conscientização do consumidor, além de ser, claro, um direito básico de qualquer indivíduo. Quem produziu aquilo que se está comprando, em que condições de trabalho ele foi produzido, utilizando que tipo de matéria-prima, com que cuidados ambientais – são perguntas hoje muito difíceis de ser respondidas, devido a motivos como a falta de informação nos rótulos e o desconhecimento por parte do próprio comerciante. Ao contemplar a informação/educação do consumidor como premissa básica, o comércio ético e solidário promove a aproximação entre o produto e o consumidor, garantindo uma relação de maior respeito e igualdade.

Já afirmamos que o “novo movimento social” cria uma unidade na diversidade ao dedicar-se a temas que são de interesse global, como as questões ambientais, sociais, trabalhistas e pacifistas. Não há um sujeito histórico definido, nem uma classe na vanguarda, o que há é um movimento de resistência, sem o azimute que oriente o rumo da trajetória.

Por mais que seja indispensável o papel do consumidor na constituição de uma rede de economia solidária, os depoimentos colhidos reforçam a impressão de que a relação produtor/consumidor, pelo olhar participante deste autor, prende-se nas amarras do “bom negócio” ou na caricatura do herói de Sherwood.

Parceira e incentivadora de primeira hora, comprometida com o êxito da experiência da BENFRUC, a proprietária da sorveteria SORBÊ, em Brasília, sra. Rita Medeiros, ao ser questionada sobre como ocorriam as relações comerciais com a BENFRUC, assim respondeu:

_ A relação não é fácil, a Geovanda, olha, ela pega no meu pé. O preço é no chute. Tenho até conversado com o pessoal da EMBRAPA [...] o preço da BENFRUC é até mais caro, mas a Geovanda recebeu treinamento e faz como eu prefiro.

Dos empresários entrevistados apenas um (01) adquire regularmente produtos típicos do Cerrado, dois (02) eventualmente e dois (02) praticamente não comercializam.

No entanto, todos manifestaram concordância e disposição de investirem nos produtos do bioma Cerrado, mas ressaltaram que uma campanha de divulgação dos atributos desse tipo de atividade é essencial, pois apesar de Brasília estar dentro do bioma, é muito mais fácil saborear uma carne de sol, um tutu à mineira, uma feijoada ou até um tabule do que um arroz com pequi.

Depreende-se dos relatos, que é possível a inserção no mercado gastronômico de Brasília dos produtos do agroextrativismo no Cerrado, com a incorporação dos atributos que lhe conferem valor subjetivo, na medida em que esses produtos tenham a sanidade atestada pelos órgãos de vigilância, controle e fiscalização sanitária, pois os empreendimentos dirigidos pelos entrevistados devem obedecer às normas estabelecidas.

Logo, a assimilação de uma cultura de consumo responsável exige uma política de transversalidade que envolva o poder público com suas competências originárias, a sociedade civil e a livre iniciativa.

Para Singer (2004), o desenvolvimento solidário é um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento

econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos seus resultados.

Os “formadores sociais do gosto” consultados nesta pesquisa, manifestaram identidade com o movimento Slow Food, dos cinco consultados, três participam regularmente do Slow Food Brasil, por meio do **Convivium**²⁹ Brasília.

O movimento Slow Food tem se mostrado um grande parceiro do projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário. A chef e proprietária dos restaurantes Universal Diner, Zuu aZdZ e do Empório Quitinete, Mara Alcamim, assim se manifestou sobre o papel dos chefs, restaurateurs e gourmets no apoio aos pequenos produtores:

_Creio que o pequeno empresário pode dar uma grande força aos produtores familiares, abrindo espaço para seus produtos, coisa que as grandes empresas não têm interesse em fazer, e acabam explorando estes produtores para oferecer espaço em suas prateleiras.

O movimento Slow Food, mais do que propiciar um nicho de mercado para os produtos da agricultura familiar, do agroextrativismo ou do extrativismo, a partir da divulgação dos seus princípios, práticas e filosofia, fortalece a rede desse novo movimento social. Sua filosofia é claramente aderida aos postulados do desenvolvimento sustentável e solidário. Senão vejamos:

²⁹ Convivium é uma palavra Latina que significa ‘um festim, entretenimento, um banquete’. O Slow Food usa este nome para nomear seus grupos locais.

Acreditamos que todos têm o direito fundamental ao prazer de comer bem e conseqüentemente têm a responsabilidade de defender a herança culinária, as tradições e culturas que tornam possível esse prazer. O Slow Food segue o conceito da ecogastronomia, reconhecendo as fortes conexões entre o prato e o planeta.

Bom, limpo e justo: é como o movimento acredita que deve ser o alimento. O alimento que comemos deve ter bom sabor; deve ser cultivado de maneira limpa, sem prejudicar nossa saúde, o meio ambiente ou os animais; e os produtores devem receber o que é justo pelo seu trabalho.

Somos co-produtores e não simples consumidores, pois tendo informação sobre como nosso alimento é produzido e apoiando efetivamente os produtores, nos tornamos parceiros no processo de produção. (Disponível em :www.slowfoodbrasil.com)

A elaboração de uma política pública capaz de apresentar diretrizes para um desenvolvimento sustentável e solidário ocupa hoje um espaço privilegiado nos fóruns de discussão sobre propostas para os territórios rurais. Tanto é, que foi lançado, em 25 de fevereiro de 2008 o Programa Territórios da Cidadania , que reúne 19 (dezenove) órgãos do Governo Federal entre ministérios e secretarias. Anuncia-se, também, a realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Tudo isso ocorre num momento em que se afirma a importância para o meio rural brasileiro da valorização do protagonismo de homens e mulheres e o fortalecimento de uma nova visão sobre o desenvolvimento rural capaz de indicar rumos, orientações e posicionamentos sobre os desafios para a

construção de um projeto de futuro para o Brasil rural, que seja parte do novo projeto de desenvolvimento nacional.

6. CONCLUSÃO

.Os impactos da lógica competitiva do capitalismo globalizado têm como resultado direto a crise do emprego que ocorre derivada das profundas mudanças estruturais dos processos produtivos e do desenvolvimento de novas tecnologias. Sua face mais perversa se materializa no processo crescente de exclusão.

O estudo detalhado de atividades econômicas alternativas que demonstrem capacidade de contraposição ao movimento de estagnação e empobrecimento das comunidades rurais, mais do que oportuno, é necessário e urgente. Principalmente, tratando-se de atividades realizadas em um bioma com as características sociais, históricas, econômicas e culturais e de extrema importância para o equilíbrio ambiental do país e do planeta como é o Cerrado.

Não se questiona a pertinência das formulações que apontam o surgimento de um “novo rural” lastreado na perspectiva da sua função, utilidade ou sincronismo teórico. Há de fato a efervescência de uma percepção e valorização do rural sob o olhar urbanocêntrico que beira a penitência para remissão de pecados.

As inovações proporcionadas pela Revolução Verde, passam ao largo da realidade das comunidades rurais de Mambaí e Damianópolis que clamam pelo acesso a um bem sem o qual não há vida, a água. As carências são de todas as ordens, como referido anteriormente. Para um observador de olhar urbano é inconcebível uma localidade que a agência bancária ou terminal eletrônico mais próximo dista 60 (sessenta) quilômetros da sede do município de Mambaí

e 75 (setenta e cinco) quilômetros de Damianópolis, pior ainda é não haver nos municípios um metro sequer de rede de captação de esgoto instalada.

Possivelmente, como a maioria das comunidades rurais com um perfil sócio-econômico empobrecido, a política para promoção do desenvolvimento dessas localidades deve contemplar o acesso universal a bens e serviços fundamentais, o fortalecimento das organizações sociais e do protagonismo local, a distribuição justa da renda, a segurança alimentar e nutricional, uma nova racionalidade na gestão dos recursos naturais e uma articulação permeada pela transversalidade entre os setores envolvidos na questão do desenvolvimento rural.

A experiência de olhar o rural por dentro fortaleceu a convicção de que, mesmo submetidos ao hegemonismo de um modelo econômico concentrador e excludente, as populações rurais são ricas em diversidade de toda ordem, mas que têm na luta pela sobrevivência o pólo catalisador e construtor da identidade coletiva.

Exemplo disso aparece entre as comunidades pesquisadas que possuem características distintas na origem natal, na caracterização fundiária do uso ou posse da terra, nos meios de sobrevivência e no modo de organização social.

Gaúchos, paranaenses, goianos, baianos, mineiros fazem parte do mesmo estrato social. Assentados de reforma agrária, posseiros, meeiros, extrativistas, moradores das sedes subempregados ou desempregados compõem o prisma da pobreza rural e são a clientela a ser atendida pelas políticas públicas de desenvolvimento.

No caso do estudo em tela, a abordagem do agroextrativismo e sua prática no cotidiano do universo estudado apresentaram uma contradição fundamental. A experiência de sucesso ensejada pela Associação dos Produtores e Beneficiadores de Frutos do Cerrado de Damianópolis (BENFRUC) é coordenada pela sra. Geovanda de Souza Brandão e pelo sr. João Justino e tem como sócios jovens com idade entre 16 e 23 anos de idade, todos moradores da sede do município, mas com laços parentais e históricos com a vida camponesa. Trabalhadores rurais contratados por fazendeiros, meeiros ou prestadores de pequenos serviços formam o espectro das famílias beneficiadas diretamente pelos resultados da BENFRUC. Por outro lado, os agricultores familiares, na acepção usual do termo, só recentemente, acredita-se que em função do êxito da BENFRUC, vêm demonstrando interesse real em se dedicarem de forma efetiva à coleta e beneficiamento dos frutos do Cerrado.

Logo, o investimento em uma política pública de organização da produção agroextrativista deve levar em conta a existência de uma parcela da população rural, que, mesmo não possuidora da sua gleba de terra, mantém estreita relação com o processo de desenvolvimento rural e, de certa forma, contribui para a conformação identitária desse rural.

Na outra ponta os resultados da presente investigação indicam que as mudanças globais que vêm ocorrendo nos processos produtivos e na orientação do consumo tem proporcionado a abertura de novas frentes de mercado que privilegiam os produtos com identidade e história e comprometidos com a conservação e recuperação do meio ambiente e que

sejam capazes de transmitir a idéia de alimento saudável nos padrões de produção e de consumo alimentar.

Identificou-se também que a coleta, beneficiamento e venda de produtos dessa natureza apresentam uma rentabilidade superior à maioria das atividades agrícolas exercidas na região e mostra-se como importante ferramenta para a fixação dos homens e mulheres (especialmente dos jovens) no meio rural.

A atividade desenvolvida pela BENFRUC no Vão do Paranã é exemplar como materialização de uma atividade não-agrícola, que, se estimulada, pode ser capaz de alterar a dinâmica de estagnação predominante nesses pequenos municípios rurais.

Analisando o comportamento e a reação das duas pontas da cadeia do extrativismo e/ou do agroextrativismo nos municípios de Mambai e Damianópolis é possível inferir que para além da renda proporcionada, ocorre um processo de estreitamento das relações com o mundo extralocal, a partir da superação da sua histórica condição de produtores de produtos predominantemente destinados ao consumo familiar, no caso das famílias agrícolas e de renegados, no caso dos moradores das comunidades rurais não detentores da posse da terra.

O aspecto multidimensional dessas novas práticas de produção implica na necessidade de uma melhor definição da identidade individual e coletiva desses trabalhadores, face às mudanças no conjunto das relações entre si – os de dentro – e com os outros – os de fora, face ao risco de capitulação ou subsunção à lógica que se busca resistir.

O singular representado pelo local passa a interagir de forma objetiva com o universal representado pelo global.

Por isso, uma abordagem teórica mais identificada com o propósito de resistência ao modelo dominante e adequada ao caráter de classe que envolve as novas relações entre rural e urbano mostra-se necessária. Neste estudo, o conceito de “desvelar valor/desvelamento de valor”, mostrou-se adequado à proposta, aparentemente tautológica, de existência de um valor por trás do preço dos produtos característicos e originais da cultura rural. O processo do fazer e a história de quem faz criam um diferencial que tem contribuído para uma nova pedagogia do consumo.

No entanto, para que iniciativas como a apresentada neste trabalho sejam levadas a termo alguns obstáculos e carências devem ser ultrapassados para sua viabilização enquanto alternativa de geração de ocupação e renda para comunidades rurais pobres. Podemos salientar algumas demandas selecionadas como mais importantes para as comunidades que participaram deste estudo:

- Necessidade de capacitação para a atividade agroextrativista compreendendo manejo e recuperação dos ecossistemas, beneficiamento, gestão de negócios e comercialização;
- Acesso desburocratizado às linhas de crédito públicas;
- Criação de reservas extrativistas na região;
- Implantação de infra-estrutura nas comunidades, principalmente água e esgoto;
- Legislação federal específica para o agroextrativismo;

- Introdução dos produtos do Cerrado nas compras públicas e na merenda escolar;

Diante das evidências, mais do que uma diretriz estratégica para o fortalecimento da agricultura familiar, uma política de desenvolvimento rural sustentável e solidário de base territorial pode contribuir para a superação dos dualismos que a oposição entre rural e urbano manifesta por meio da subjetivação das relações sociais e pelo reconhecimento do valor das singularidades com a consciência de pertencerem à mesma progênie – o capitalismo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Ed.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais : conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília, DF: Embrapa, 2002.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª edição. São Paulo/Campinas: Hucitec, 1998.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Secretaria Executiva de Agricultura e Pecuária – SEAP. **Pólo Agroflorestal: Nossa proposta de reforma agrária**. Rio Branco:, 2001. 12 p.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Zoneamento ecológico-econômico: recursos naturais e meio ambiente - documento final**. Rio Branco: SECTMA, 2000. V. 1

ALENCAR, G. O programa de desenvolvimento da região dos cerrados. In: Simpósio sobre o Cerrado, 5., Brasília, DF, 1979. **Anais**. Brasília, DF, Editerra, 1980. p. 37-58.

ALMEIDA, S.;P. As frutas do cerrado como fonte potencial de nutrientes. In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA. 49., 1998, Salvador. **Resumos**. Salvador: UFBA/SBB, 1998. p.216.

ALVES, G. Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional. In: ALVES, G. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande; Editora UNIDERP, 2003.

AMARAL, W. et al. **Políticas Públicas em Biodiversidade: Conservação e uso Sustentado no País da Megadiversidade**. Revista on-line International Studies on Law and Education nº 1. São Paulo: Mandruvá. 1999. Disponível em: <http://www.hottopos.com/harvard1/politicas_publicas_em_biodiversi.htm> Acesso em: 05 out. 2006.

AZEVEDO, L.G.; ADÂMOLI, J. Avaliação agroecológica dos recursos naturais da região dos cerrados. In: Simpósio sobre o Cerrado. 6. Brasília. 1982. **Anais**. Planaltina. EMBRAPA-CPAC.1988. p. 729-761.

BANCO MUNDIAL, **Globalização, crescimento e pobreza. A visão do Banco Mundial sobre os efeitos da globalização**, São Paulo, Editora Futura, 2003

BARREIRA, C. C. M. A. . Vão do Paranã - A Estruturação de Uma Região. 1. ed. Brasília: **Ministério da Integração Nacional-Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas**, 2002. v. 1. 320 p.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. **Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima – CIMGC**. 2007. Disponível em <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4483.html>. Acesso em nov 2007.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**, Brasília, INCRA, 2000.

BRASIL, - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Primeiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica**. Brasília: MMA. 1998. 283 p.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. 2005. Brasília: MTE, SENAES., 2006.

BRASIL. **Projeto Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado – CMBBC, Relatório de Produtos**. Brasil. Embrapa, 2005. Disponível em <www.cmbbc.embrapa.br> Acesso em 10 ago. 2006

BRUNDTLAND, Gro Harlem (org.). **Nosso futuro comum**. Editora da FGV. 1987. Our Common Future, Oxford: Oxford University Press, 1987.

CARNEIRO, M. J. ; MALUF, Renato S J . **Multifuncionalidade da agricultura familiar**. Cadernos do CEAM, Brasília, v. V, n. 17, p. 43-58, 2005.

CARNEIRO, M. J. ; **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CATTANI,A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

COUTINHO, L.M. Fire in the ecology of the Brazilian Cerrado. In: J.G. Goldammer. **Fire in the tropical biota: ecosystem processes and global challenges**. Berlin, Springer-Verlag, 1990. Cap. 6, p. 82-103.

DAVIS, J. and GOLDBERG, R. The Genesis and Evolution of Agribusiness. In: Davis, J. and Goldberg, R. **A Concept of Agribusiness**.; The Nature of Agribusiness. Harvard University, 1957.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2002. Rio de Janeiro. **Síntese da exposição feita no Painel “A Transição para a Agroecologia”**. Rio de Janeiro:: UERJ. 2002. Disponível em: <<http://www.encontroagroecologia.org.br/>> Acesso em: 30 nov. 2006.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação**. Goiânia: Editora do Autor, 1998.

GAIGER, L. I. G. . **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Cadernos do CRH, UFBA - Salvador, n. 39, p. 181-211, 2003.

GAIGER, L. I. G. **Apontamentos sobre a natureza do vínculo solidário na vida econômica**. In: XXIX Encontro Anual da ANPOCS, Brasília. Universidade de Brasília.2005.

GARVEY, William D. **Communication: the essence of science**. Oxford: Pegamon, 1979.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. LTC, 1989.

GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, **Goiás em Dados, Nordeste Goiano**. Goiânia, 2006. Disponível em< www.seplan.go.gov.br> Acesso em: 10 ago. 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. ; DEL GROSSI, M. E. ; CAMPANHOLA, C. . O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciências e Tecnologia, Brasília**, v. 19, n. 1, p. 37-67, 2002

GUIMARÃES, E.N., LEME, H.J.de C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. HOGAN, Daniel Joseph *et al* (orgs.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP: PRONEX, pp. 17-85, 2002.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1997.

KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos concenutais. In: XXXVI Congresso da SOBER - O Agronegócio Brasileiro: Desafios e Perspectivas, 1998, Poços de Caldas/MG. **Anais** do Evento. Poços de Caldas/MG : SOBER,

1998. v. 2. p. 555-566.

LAFORGA, G. **Economia solidária, agricultura familiar e comércio justo, alinhando convergências, alinhando desafios.** In: XXIX Encontro Anual da ANPOCS, Brasília. Universidade de Brasília (UnB). 2005

LANCILLOTTI, S. S. P. . **Deficiência e Trabalho: redimensionando o singular no contexto universal..** 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. v. 1. 111 p.

MARX, K. O 18 Brumário de Luiz Bonaparte. In **Obras Escolhidas**, São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 1, 1980

MONTEIRO, L. A. F. S., MONTEIRO, A. F. **Mambaí.** Disponível em <www.negoiano.com.br> Acesso em: 05/12/2007

MOREYRA, S. P. Os marginais do século XVII **Diário da Manhã**, Goiânia, 22 de maio, 1981

MORIN, E. **A cabeça bem-feita.** RJ, Bertrand Brasil, 2000

NOGUEIRA, M., FLEISCHER, S., Entre Tradição e Modernidade: Potenciais e Contradições da Cadeia Produtiva Agroextrativista no Cerrado, In: **Estudos – Sociedade e Agricultura.** v. 13, nº 1, abril, 2005, p. 125 - 157

NOVAES, E. S. 2003. Antecedentes. In: **Itamaraty - Meio Ambiente.** Disponível em: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/agenda21/anteced/index.htm> Acesso em: 05 dez.2006.

OLIVEIRA, R.C. **O trabalho do antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever.** São Paulo, UNESP/Paralelo 15, 2000.

PIRES, M. O. Cerrado: Sociedade e Biodiversidade. In: Edviges Ioris (org.), **Plantas Medicinais do Cerrado: Perspectivas Comunitárias para a Saúde, o Meio Ambiente e o Meio Sustentável. Anais do Workshop Plantas Medicinais do Cerrado.** Mineiros - GO. Goiânia: Universidade Católica de Goiás. 1999. p. 155-173.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano – Brasil 2006.** Disponível em: <www.pnud.org.br> Acesso em 10 ago. 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, H. C. **Tropas e Boiadas**. 1917. Disponível em <www.dominiopublico.gov.br> Acesso em 05 dez. 2006.

RIBEIRO, J.F.; WALTER, B.M.T., As Matas de Galeria no contexto do bioma Cerrado. In: RIBEIRO, J.F.; FONSECA, C.E.L. da; SOUSA-SILVA, J.C. (ed.). **Cerrado: caracterização e recuperação de matas de galeria. Planaltina: Embrapa Cerrados**. Brasília: MMA. 2001. p.29-50

SANTOS, B. S. **O princípio do Futuro**. Revista PUCVIVA nº 12 - Abril a Junho de 2001. Disponível em: <www.apropucsp.org.br/revista/r12_r20.htm> Acesso em 06 dez. 2006.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002

SANTOS, N.A.; AGUIAR, J.L.P. **Evolução agropecuária da região nuclear dos cerrados: 1970- 1980**. Planaltina, DF, Embrapa/CPAC, 1985. 62p. (Embrapa/CPAC, Documentos no 16).

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*. Porto Alegre, v.11, p. 88-125. 2004.

SEYMOUR, D. A construção social do gosto. In: SLOAN, D. (org.) **Gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor**. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.

SETTON, M.G.J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea . **Educação e Pesquisa**. *Revista Brasileira de Educação da USP*. nº. 20, mai, jun, jul, ago., 2002, p. 60 – 70

SINGER, P. A economia solidária. **Revista Teoria e Debate**. nº 47 (fev/mar/abr 2001). Disponível em http://www.fundacaoperseuabramo.org.br/td/td47/td47_economia.htm Acesso em: 05 dez. 2006

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 2ª edição. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2006.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In SANTOS, B.S. (organizador). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. São Paulo, **Revista de Estudos Avançados**, número 51, 2004. (Uma versão parcial deste texto pode ser obtida em www.mte.gov.br Textos para discussão, maio de 2004, Singer, P. Desenvolvimento: significado e estratégia.).

- SOUSA, R. C.; OLIVEIRA, J.C.; SALES, V. C. Agroextrativismo Familiar: A consolidação de uma alternativa sustentável para a Região do Mearim. In **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.2, n.1, fev., pp 451-454, 2007.
- TIBALLI, E. F. A. **A expansão do povoamento em Goiás (séc. XIX)**. 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia
- VALCESCHINI, E.; NICOLAS, F. - La dynamique économique da la qualité agro-alimentaire. In F. Nicolas e E. Valceschini (ed.): **Agro-alimentaire: une économie da la qualité**. INRA-Economica, Paris. 1995
- VALENTE, A. L. E. F. Desvelar valor: contribuição conceitual ao agronegócio, **Cadernos do CEAM**, nº 21, Unb, 2005
- VALENTE, A. L. E. F. . Renovação analítica do novo rural e o ecletismo metodológico. **Cadernos do CEAM**, v. 25, p. 33-59, 2006.
- VALENTE, A. L. E. F. . Para além da produção: multifuncionalidade e Agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2006-B (**Resenha de livro**).
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável : o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.
- VEIGA, J. E. . A relação urbano/rural no desenvolvimento regional. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v. V, n. 17, p. 09-22, 2005.
- VEIGA, J. E. . A dimensão rural do Brasil. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 12, p. 71-94, abr., 2004.
- VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas. Ed. Autores Associados. 2ª ed. (2003)
- WILKINSON, J. . Distintos Enfoques e Debates sobre a Produção Familiar no Meio Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, p. 11-19, 2000.
- YEARLEY, S.(1996). **Sociology, Environmentalism and Globalization**. Sage. London
- ZERBINI, F., BARCIOTTE,M., PISTELLI R.. Um diálogo inicial entre educação para o consumo responsável e o comércio ético solidário. In FRANÇA, C. L. (Org.) **Comércio Ético e Solidário no Brasil**. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert/ILDES, dez 2003. 144 p.

SITES CONSULTADOS COM MAIOR FREQUÊNCIA

<http://www.eco.unicamp.br/>

<http://www.ibge.gov.br/home/>

<http://www.incra.gov.br/>

<http://www.mda.gov.br/>

<http://www.mma.gov.br/>

<http://www.mte.gov.br/>

[http:// www.seplan.go.gov.br](http://www.seplan.go.gov.br)

ANEXOS

ANEXO A - Questionário semi-estruturado Dados da Unidade Familiar

Número de indivíduos:

Adultos: Fem___ Idade___ Masc___ Idade___

Adolescentes: Fem___ Idade___ Masc___ Idade___

Crianças: Fem___ Idade___ Masc___ Idade___

Proprietário(a) da terra:

Área da terra:

Tipo de casa:

Fonte de água:

Energia:

Sistema de esgoto:

Destino de resíduos:

Meio de Locomoção:

Cidade mais próxima:

frutos do cerrado existentes na propriedade:

Dados sócio-econômicos

Grau de escolaridade:

Acesso à escola na região:

Atividade profissional:

Participação Institucional:

Movimento social:

Renda mensal da família:

Sistema de saúde:

Renda:

Dados sócio-culturais

Festas

Encontros

Religião

Usos medicinais da vegetação do cerrado:

Dados da produção alimentar

O que e quanto produz por ano:

Quanto custa a produção:

Usa insumos vindos de fora da propriedade?

Quais os insumos:

O que e quanto consome do que é produzido:

O que e quanto comercializa do que é produzido:

Receita advinda da produção:

ANEXO B – REUNIÃO COM LIDERANÇAS LOCAIS DOS MUNICÍPIOS DE MAMBAÍ E DAMIANÓPOLIS, REALIZADA NOS DIAS 30 E 31/02/2006, NA CÂMARA MUNICIPAL DE MAMBAÍ



ANEXO C -. RELEVO TÍPICO DO VÃO DO PARANÃ



Fotografia tirada em 30/10/2006 na estrada entre Buritinópolis e Mambaí

ANEXO D -RELAÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS ÚTEIS DO CERRADO:

Achyrocline satureoides – (macela)
Acrocomia aculeata – (macaúba)
Aeschynomene brasiliana – (lentilha do campo)
Alibertia edulis – (marmelada de bezerro)
Amburana cearensis – (amburana)
Anacardium humile – (caju-do-cerrado)
Anadenanthera falcata – (angico)
Ananás ananssoides – (ananás-do-cerrado)
Anemopaegma arvense – (catuaba)
Annona crassiflora – (araticum)
Arachis prostrata – (amendoim-bravo)
Aspidosperma macrocarpon – (peroba)
Bowdichia virgiloides – (sucupira-preta)
Brosimum gaudichaudii – (mama-cadela)
Byrsonima verbascifolia – (murici)
Calliandra dysantha – (flor-do-cerrado)
Callophylum brasiliense – (landim)
Campomanesia pubescens – (gariroba)
Caryocar brasilienses – (pequi)
Copaifera langsdorffii – (copaiba)
Cróton goyazensis – (pé-de-perdiz)
Curatella americana – (lixeira)
Dalbergia miscolobium – (jacarandá-do-cerrado)
Dimorphandra mollis – (faveira)
Dipteryx alata – (baru)
Enterolobium ellipticum – (tamburil)
Eriotheca pubescens – (paineira)
Erythrina speciosa – (mulungu)
Esembeckia pumila – (guarantã)
Eugênia dysinterica – (Cagaíta)
Eugênia klotzschiana – (Pêra do cerrado)

Guazuma Ulnifolia – (Mutanba)
Hancórnica speciosa – (Mangaba)
Hymenaea stigonocarpa – (Jatobá)
Ingá alba – (Ingá)
Kielmeyera cariocea – (Pau-santo)
Luebea paniculata – (Acoita - cavalo)
Lychnophora ericoides – (Arnica)
Macrosiphonia velame – (Velame)
Magonia pubescens – (Tingui)
Mandevilla pubescens – (Jalapa)
Mauritia flexuosa - (Buriti)
Melanoxylon braunia – (Braúna)
Mesosetum loliiforme – (Capim canivete)
Mimosa laticifera – (Sabiá)
Myracrocuon urundeuva – (Aroeira)
Myroxylon peruiferum – (Balsamo)
Oncidium Varicosum – (Chuva-de-ouro)
Paepalanthus speciosus _ (Palipalantus)
Paspalum erianthum _ (Capim branco)
Peritassa campestris _ (Saputá)
Physocalymma scaberrimum _ (Pau-rosa)
Piptocarpha rotundifolia _ (Coração de Negro)
Plathymenia reticulata _ (vinhático)
Platypodium elegans _ (Canzileiro)
Pouteria ramiflora - (curiola)
Psidium firmum _ (Araçá)
Pterodon emarginatus _ (sucupira Branca)
Qualea grandiflora _ (Pau-terra-da-folha-larga)
Roupala montana _ (Pata de Vaca)
Salacia crassifolia _ (Bacupari)
Sclerolobium paniculatum – (Carvoeiro)
Salvertia convallariaeodora – (Pau-de-arara)

Schefflera macrocarpa – (Mandiocão)
Solanum aff. Lycocarpum _ (Lobeira)
Sterculia striata _ (Xixá)
Strychnos pseudoquina _ (Quina do cerrado)
Stryphnodendron barbadetimam (Bartimão)
Syagrus flexuosa _ (Coco babão)
Tabebuia áurea – (Ipê amarelo)
Tabebuia impetiginosa – (Ipê roxo)
Talauma ovata – (Pinha do brejo)
Tamarindus indica – (tamarindo)
Tapirira guianensis – (Pau-pombo)
Terminalia fagifolia – (Capitão)
Tibouchina Papyrus – (Quaresmeira)
Tocoyena formosa – (Jenipapo bravo)
Vellozia squamata – (Canela de ema)
Vernonia ferruginea – (Assa-peixe)
Xylopia aromática – (Pimenta de macaco)

ANEXO E – PROCESSO ARTESANAL DE PRODUÇÃO DA FARINHA DE JATOBÁ REALIZADO PELA BENFRUC

Coleta



Descaroçamento



Retirada da polpa



Moagem



A farinha



O armazenamento



Alguns produtos da BENFRUC

